

Consequência Do Veto De JK a Favor Da Light

AUMENTO DE 600% NA LUZ, GÁS E TELEFONE!

As contas de luz, gás, telefone e demais tarifas de serviços públicos poderão ser aumentadas de 600 por cento, dentro de poucos dias, se o Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos), a 9 de abril próximo, aprovar o veto de JK ao parágrafo 20 do artigo 57 da Lei do Imposto de Renda (Lei 3.470 de 1958). Um formidável impulso na carestia de vida não será a única consequência da aprovação desse veto: alguns bilhões de cruzeiros a mais serão retirados dos já sacrificadíssimos orçamentos populares e

Por serem serviços especiais, estão eles também sujeitos a leis próprias, específicas: legalmente, os lucros dos concessionários dos serviços públicos são limitados em 10 por cento do capital; para pagamento do imposto de renda, em compensação, tem privilégios, em relação a empresas que se dedicam a outras atividades, pois pagam taxas menores.

O CÁLCULO DAS TARIFAS

Atualmente, a lei que regula os serviços de energia elétrica — certamente os mais importantes dentre os

em sua contabilidade". (O grifo é nosso).

Essas determinações, no caso de empresas concessionárias de serviços públicos, são da máxima importância. E' que o preço cobrado por tais serviços, as tarifas, são calculadas precisamente a base do investimento realizado. A mesma lei, no artigo 62, diz: "O investimento reconhecido servirá de base ao cálculo da indenização, no caso de reversão ou encampação, e à determinação das tarifas pelas quais os concessionários cobrarão os serviços

elas elaboradas pelo CNE. Para os bens adquiridos até 1938 (executados os bens imóveis), o coeficiente é 13, ou seja: um investimento feito até 1938 terá o seu valor reavaliado multiplicando-se o seu montante por 13, como no exemplo da máquina, que demos no início desta reportagem. Para 1939, o coeficiente é 12,70, para 1940 é 12 e assim sucessivamente, até chegar ao próprio valor atual, no caso do investimento feito em 1958. Se se tratar de bens imóveis (terrenos, prédios, etc.) os coeficientes variam de 9,9 em 1938 a 1,2 em 1957, chegando a 1 em 1958.

No caso da Light, por exemplo, cálculos feitos por técnicos paulistas em serviços públicos estimam que seu ativo será reavaliado, em média, multiplicando-se por seis ou sete o total dos investimentos feitos até 31 de dezembro de 1958. Assim, se os bens da Light estão escriturados no valor de, digamos, 10 bilhões de cruzeiros, passarão a ser, agora, no valor de 60 a 70 bilhões! E as tarifas de luz, gás, telefones, bondes, etc., terão que ser aumentadas também de seis a sete vezes, a fim de atingir a margem de 10 por cento de lucro que a lei estabelece. (De passagem, convém esclarecer aqui que nem o governo conhece o valor dos bens da Light. Apesar do Código de Aguas, desde 1934, determinar o tombamento desses bens, o truste jamais permitiu que ele fosse realizado).

ENTREGUISMO EM AÇÃO
Por incrível que pareça, o governo está interessado em fazer aprovar o veto, isto é, conceder às mencionadas empresas o escandaloso favor. Provam-no:

1) o veto oposto pelo sr. Juscelino no parágrafo 20 foi fundamentado, ao que fomos informados, pelo engenheiro

John Cotrim, funcionário da Bond and Share, atualmente emprestado à Central Elétrica de Furnas;

2) o empenho do grupo entreguista do governo (Lucas Lopes, antigo funcionário da Bond and Share, atualmente Campos, defensor incondicional da capital estrangeira e outros) em fornecer aos trustes da energia elétrica os capitais que eles reclamam para ampliar suas instalações. No balanço do Programa de Metas (edição de junho de

ros e uma despesa de 150 cruzeiros de luz e 250 cruzeiros de gás. Analogamente, teremos este quadro:
Despesas atuais com luz e gás — 400 cruzeiros.
Porcentagem sobre a receita — 5,7 por cento.

Despesas com aumento de tarifas — 2.400 cruzeiros.
Porcentagem sobre a receita — 34,3 por cento.

Verifica-se, assim, que se for aprovado o veto ao parágrafo 20 do artigo 57, uma família da classe média terá

de dedicar até 45 por cento do seu orçamento mensal à despesa com luz, gás e telefone e uma família operária até 34 por cento! Esta é a ameaça real e imediata que pesa sobre milhões de brasileiros.

Pouco importa que os trustes estrangeiros realizem esses aumentos, parceladamente, ao invés de fazê-lo de uma só vez. Mas isto não é agravar a carestia? Onde está a sinceridade do governo?

A 9 de abril a apreciação do veto pelos deputados e senadores — Empenha dos entreguistas do governo em consumir o audacioso assalto à economia popular — Um presente para os trustes: o que valia 5 milhões passará a valer 65 milhões! — É assim que o governo quer combater a carestia?

canalizados para os cofres da Light e da Bond and Share. Daí, uma boa parte desse dinheiro será transformada em dólares de exportação, agravando mais ainda a situação da balança de pagamentos do país.

Essa é grave denúncia que levamos ao conhecimento da opinião pública, e especialmente dos deputados, senadores e partidos políticos que se dizem empenhados em combater a carestia e em preservar os interesses nacionais face à política espoliadora do capital estrangeiro no Brasil.

A HISTÓRIA

De há muito que os trustes estrangeiros de energia elétrica vêm tentando a aprovação no Congresso, do projeto n.º 1.898, de 1956, que, fundamentalmente, lhes permite reavaliar o seu ativo. Isto possibilitaria a tais empresas fazer figurar em suas escritas, a preços atuais, equipamentos e bens comprados até há cinquenta anos. Assim, por exemplo, uma máquina que a Light haja comprado em 1938 por 5 milhões de cruzeiros, de acordo com a reavaliação passará a valer três vezes mais, isto é, 15 milhões de cruzeiros!

Devido à resistência patriótica encontrada na Câmara dos Deputados, não foi possível aos trustes ver aprovado o projeto mencionado. Que fizeram, então? Conseguiram encaixar na Lei do Imposto de Renda um artigo, o de número 57, que lhes daria o que pleiteiam, não fosse a vigilância do deputado nacionalista Sérgio Magalhães, o qual, entre os parágrafos do artigo, conseguiu a aprovação do de número 20, que diz: "As correções de que trata este artigo não terão efeito para os fins das tarifas de empresas concessionárias de serviços públicos". Juscelino vetou este parágrafo. Com esta simples penada, colocou milhões de famílias, em todo o país, à mercê dos trustes. Vejamos o quê.

SERVIÇOS PÚBLICOS

Como o indica a denominação — serviços públicos — é atribuição do próprio Estado, o exercício de certas atividades. Serviços como os de luz, força, gás, telefones, bondes, água, etc., tanto por sua natureza, como por seu caráter, distinguem-se essencialmente de outras atividades. Em muitos países, o Estado não concede a ninguém a exploração desses serviços. Explora-os ele próprio. Em outros países, como no nosso, alguns desses serviços são dados em concessão a empresas particulares e, como é sabido, predominam entre nós as empresas estrangeiras — a Light e a Bond and Share.

serviços públicos — é o decreto 4.019, de 26 de fevereiro de 1957. Nesse decreto, de cunho nacionalista, o investimento das empresas de eletricidade é definido como "a importância efetiva e permanentemente empregada na propriedade do concessionário..." E, a seguir: "O montante do investimento será determinado com base no custo histórico da propriedade em função da indústria e será expresso em moeda nacional". E, para que nada ficasse no ar, a lei define, igualmente, o que é custo histórico: "a importância real e comprovadamente gasta pelo concessionário e registrada

que prestarem, quando se tratar de energia destinada a venda" (O destaque é nosso).

O estabelecimento dessas tarifas deve ser tal que o lucro produzido não vá além de 10 por cento do investimento, como se lê no artigo 101 da mesma lei.

A REAVALIAÇÃO DO ATIVO

A Lei do Imposto de Renda, ao tratar da reavaliação do ativo, determinou que isto seria feito segundo índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia. A página 2.228 do "Diário Oficial" de 4 de fevereiro último podem ser encontradas as tabelas

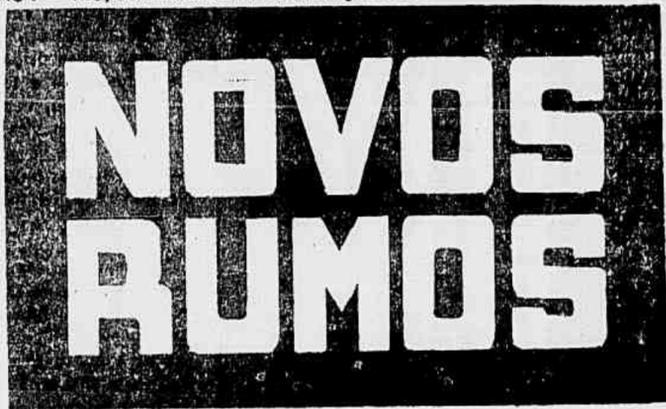
10.000 Motoristas De Ônibus Pararam o Rio De Janeiro



Com o compromisso assumido pelo governo de «compelir as empresas ao pagamento do salário mínimo a partir de 1.º de janeiro» e a examinar, dentro de 60 dias, «a possibilidade de um aumento salarial», foi terminada na noite de terça-feira a greve dos motoristas cariocas. Ficou estabelecido também que os grevistas não serão punidos por sua participação no movimento. A greve, que paralisou por completo o transporte de ônibus e lotações na capital, foi motivada pela recusa dos proprietários em con-

ceder um aumento aos seus empregados na base de 50% sobre o salário mínimo. Cerca de 2.500 coletivos deixaram de funcionar, não comparecendo ao trabalho 10.000 motoristas, trocadores e despachantes. Os grevistas contaram com a solidariedade de vários setores da população, inclusive das entidades estudantis. Durante o dia da greve, viaturas das forças armadas, como se vê no clichê, ajudaram o transporte nos bairros e subúrbios.

ANO I — RIO, SEMANA DE 27 DE MARÇO A 2 DE ABRIL DE 1959 — N.º 5



REDAÇÃO: AV. RIO BRANCO, 257 — SALA 1712

1956) declarou que 60 por cento da meta de energia elétrica está a cargo das empresas estrangeiras. Além disso, há no Ministério da Economia, como na Comissão presidencial ao Congresso (de 15 de outubro) advoga-se abertamente a aprovação da lei que permite às empresas estrangeiras aumentar os preços dos seus serviços, a fim de dispor de maiores capitais.

UM TESTE PARA O NACIONALISMO

Desta forma, a apreciação do veto é um teste para os nacionalistas, principalmente os que fazem parte do Congresso. Se aprovado, os trustes ficarão com as mãos livres para tirar muito mais dinheiro do povo e fortalecer seu poder econômico e político no Brasil. Se rejeitado o veto, o Congresso terá prestado inestimável serviço à Nação e obrigará o sr. Juscelino Kubitschek a cumprir a promessa que fez com tanto estardalhaço de adotar medidas para conter o custo de vida.

ESTA É A AMEAÇA

Vejamos o impacto que representará o aumento de 600 por cento das tarifas de luz, gás e telefone (para não falar de outras) sobre o orçamento de uma família da classe média e de uma família operária. Supomos que, no caso da família da classe média haja uma receita mensal de 14 mil cruzeiros e que os gastos com esses serviços assim se distribuam: luz: 300 cruzeiros; gás: 500 cruzeiros; telefone: 250 cruzeiros. Teremos, pois:

Despesas atuais com luz, gás e telefone — 1.050 cruzeiros.

Porcentagem sobre a receita — 7,5 por cento.

Despesa com aumento de tarifas — 3.300 cruzeiros.

Porcentagem sobre a receita — 45 por cento.

No caso da família operária, atribuímos uma receita mensal de 7 mil cruzeiros.

GREVES

A sucessão dos movimentos grevistas é um sintoma indistigável do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo. Mal terminava a greve dos trabalhadores do Distrito Federal, pelo pagamento do salário mínimo, iniciava-se a parede dos estudantes contra o aumento das anuidades escolares, logo seguida pela ação grevista dos professores, em escala nacional. Há poucos dias, a greve dos motoristas de ônibus e dos ferroviários da Leopoldina semiparalisou os transportes na capital do país. E já se anuncia como provável um movimento grevista na CMTC de São Paulo.

Em sua essência, o problema é um só: os trabalhadores vão à greve em torno de reivindicações salariais, como medida extrema de defesa ante o crescimento insuportável do custo da vida. A elevação do salário mínimo, por si só, não solucionou as dificuldades, tanto mais quanto o aumento obtido já se encontra praticamente anulado pelas altas sucessivas de preços. São os próprios dados oficiais que anunciam a alta de 14% no custo da vida no Distrito Federal somente nos meses de janeiro e fevereiro, quando a média mensal nos anos anteriores oscilava em torno de 2%.

Em face dessa realidade, é perfeitamente compreensível que outras categorias de trabalhadores hajam posto na ordem-do-dia de suas assembleias sindicais a questão do aumento do salário profissional.

Elevado o salário mínimo, que por definição abrange os trabalhadores não qualificados, é forçoso elevar igualmente o salário dos operários especializados, sem o que cessaria o necessário estímulo à qualificação técnica da mão-de-obra, acarretando graves prejuízos ao desenvolvimento econômico do país.

As lutas grevistas da classe operária são, portanto, plenamente justificadas. Elas advertem para o fato de que o problema do custo da vida não pode ser solucionado com meros paliativos, como pretendeu fazer o presidente Kubitschek ao lançar seu chamado «plano de abastecimento». Problema dessa profundidade exige não apenas providências de superfície, ligadas à distribuição dos gêneros alimentícios, mas sobretudo medidas energicas que sejam voltadas contra as próprias causas do encarecimento da vida. Para os grandes males, grandes remédios.

O problema da carestia converte-se, assim, num problema essencialmente político. Se o governo quiser realmente enfrentá-lo terá que tomar medidas contra a desvalorização cambial do cruzeiro, pela ampliação de nosso comércio exterior a novos mercados, sobretudo no campo socialista. Terá que limitar a evasão de nossos recursos em divisas sob a forma de lucros dos trustes estrangeiros. Terá que adotar medidas de reforma agrária para estimular e baratear a produção de alimentos e matérias-primas. Essas e outras soluções, que já têm sido apontadas pelas forças nacionalistas e populares, são indispensáveis a uma política de desenvolvimento da economia nacional que tenha como uma das principais metas o bem-estar do povo.



CRÔNICA INTERNACIONAL

CUBA: DO DESEMBARQUE DE 80 HOMENS À DERROTA DA TIRANIA E À REFORMA AGRÁRIA

CONTRIBUIÇÃO DA URSS À INDEPENDÊNCIA DO IRAQUE

Enquanto na imprensa de todo o mundo estava na ordem do dia a contra-revolução do coronel Chouai em Mossoul, uma delegação governamental iraquiana negociava em Moscou um importante acordo de assistência econômica e técnica. As negociações da delegação do governo do Iraque o próprio Ministro da Economia, Ibrahim Kubba, um dos mais prestigiosos elementos do governo de Kassem. A delegação soviética tinha à sua frente uma autoridade em questões econômicas e financeiras, o Vice-presidente do Conselho de Ministros, Kuzmin. Iniciados a 25 de fevereiro, encerraram-se a 17 de março, embora nesse período a delegação iraquiana tenha efetuado excursões pela União Soviética.

Os resultados obtidos foram os melhores, tanto para o futuro do Iraque como país que luta para consolidar sua independência, como para testemunhar mais uma vez que tipo de relações prevalecem entre a União Soviética e os Estados árabes.

Por esse acordo, o governo soviético colaborará com o Iraque no domínio da indústria, da agricultura e dos transportes. Concede-lhe um crédito de 550 milhões de rublos, aos juros módicos de 2 e meio por cento ao ano. O Iraque utilizará este crédito para a construção de uma série de empresas industriais (inclusive em indústria pesada) e agrícolas (enviando a mecanização da agricultura). A URSS envia ao Iraque os técnicos necessários não só para a instalação das empresas, como para a formação de especialistas iraquianos.

Do acordo concluído entre o Iraque e a URSS, a primeira observação a fazer é que nele não existe qualquer imposição de grande potência ao país economicamente ainda débil e que trata de consolidar sua independência. O Iraque não se obriga absolutamente para com a URSS quanto a concessões de caráter econômico, político ou militar.

Outra observação é que, ao contrário da linha seguida tradicionalmente pelas grandes potências capitalistas, a URSS vai favorecer diretamente a industrialização e, portanto, o fortalecimento econômico de um país secularmente explorado e oprimido pelo imperialismo.

Isto sem falar nos juros excepcionalmente baixos em que é concedido o crédito e o longo prazo em que o mesmo será amortizado: em 12 partes anuais a partir do ano seguinte à entrega pela URSS dos equipamentos e outros fornecimentos previstos no acordo.

Nas difíceis condições econômicas em que se encontra o Iraque, o acordo firmado em Moscou será uma importantíssima contribuição para a solução de seus problemas internos. Em consequência — para grande pesar da reação mundial — se estreitarão os laços de amizade recentemente estabelecidos entre a República do Iraque e a União Soviética, num exemplo concreto de colaboração amistosa e em pé de igualdade entre uma grande potência mundial e um país cuja economia ainda está em grande parte dominada pelos monopólios internacionais do petróleo.

O novo acordo econômico soviético-iraquense será assim uma grande contribuição à luta do bravo povo do Iraque pela sua libertação definitiva.

Como todos os movimentos revolucionários e populares, o movimento insurrecional de Cuba que derrubou a tirania de Batista encontrou os seus detratores. Estes têm sido principalmente os defensores dos interesses dos investidores norte-americanos em Cuba. Durante semanas consecutivas, desde a vitória de Fidel Castro, as agências telegráficas ianques desencadearam uma verdadeira campanha contra o novo regime cubano, acusando-o de sanguinário e terrorista, pelo fato, normal em qualquer movimento revolucionário, de serem justificados os criminosos de guerra e cúmplices de Batista.

Visando precisamente desfazer as calúnias espalhadas pelos inimigos da revolução cubana, percorre a América Latina — e virá ao Brasil — uma comitiva de revolucionários cubanos — os populares "barbudos" de Fidel Castro. Eles vêm explicar o que foi a rebelião dirigida por Castro, Guevara, Cienfuegos e outros bravos, seus objetivos, os motivos por que combatia, e também o que foi a ditadura de Batista.

O MOVIMENTO 26 DE JULHO

A luta armada de Fidel Castro contra a tirania de Batista iniciou-se com o desembarque de um pequeno contingente de 80 homens do iate "Granma" nas costas de Cuba. Era na segunda metade de 1956. Esse pequeno contingente de homens valorosos foi facilmente batido pelas tropas batistas. Morreu e aproximadamente metade dos expedicionários. Os sobreviventes refugiaram-se em Sierra Maestra, na província do Oriente — que se transformaria em ponto de partida para o movimento insurreto. Seu destino estava na dependência do comportamento do povo cubano em face à ditadura de Batista. Entre os sobreviventes desse primeiro grupo encontrava-se um jovem médico argentino que se tornara revolucionário profissional: Ernesto Guevara. Combaterá já ao lado do governo de Jacobo Arbenz contra a intervenção norte-americana na Guatemala. Derrubado o governo democrático de Arbenz, Guevara exilou-se no México e daí passou a Cuba, ao lado dos partidários de Fidel Castro.

CUBA EM 1956

A rebelião rebentava num pequeno país cujo povo vive na maior pobreza. As terras cultiváveis estavam nas mãos dos grandes proprietários de terra. Eram ocupadas em grande parte pela plantação de

cana-de-açúcar — que é para Cuba o que é o café para o Brasil ou o petróleo para a Venezuela; a principal fonte de rendas. De cerca de 800 milhões de dólares da receita cubana em 1957, 600 milhões provinham da indústria açucareira. E o contró-

losos, o povo cubano, os trabalhadores, levavam uma vida de miséria, com uma elevada percentagem de analfabetos.

O governo de Fulgencio Batista, instaurado por um golpe militar em princípios de 1952, aumenta a exploração dos

trabalhadores, levavam uma vida de miséria, com uma elevada percentagem de analfabetos. O governo de Fulgencio Batista, instaurado por um golpe militar em princípios de 1952, aumenta a exploração dos

Finalmente, 4 das 6 províncias cubanas estavam conflagradas: Oriente, Camaguey, Las Villas, Pinar del Rio.

Constituiu-se o governo provisório da "República em armas", sob a chefia do juiz Manuel Urrutia.

Um dia, estava cerca de uma das principais cidades de Cuba — Santiago. Iniciava-se a ofensiva contra Las Villas. Desertavam os soldados de Batista.

A tirania de Batista caiu no primeiro dia de 1959. A bordo de um avião o inimigo do povo cubano fugiu para a República Dominicana, onde outra ditadura anti-popular aguarda o seu fim.

NOVAS E MAIS DIFICEIS TAREFAS

Terminou para Fidel Castro e seus companheiros a fase armada da revolução. Mas a verdadeira revolução ainda está em caminho: as transformações de caráter econômico que devem determinar mudanças de caráter social.

Um dos principais problemas que enfrenta hoje Fidel Castro é a reforma agrária. A distribuição de terra aos camponeses foi uma das senhas do movimento armado e um dos motivos do apoio com que Fidel Castro contou no campo.

A distribuição das terras teve início ao assumir Castro o cargo de primeiro-ministro, a 16 de fevereiro. Declarou ele então que 150.000 trabalhadores agrícolas seriam estabelecidos em terras cultiváveis da província do Oriente — berço do movimento insurreto. Em Santiago, Castro fora informado de que mais de 3 milhões de acres de terras da província do Oriente haviam sido ocupadas ilegalmente pelos latifundiários. Mas o governo fez uma advertência aos camponeses de que não ocupassem a terra antes de concluído o projeto de reforma agrária.

CRESCEM AS FÓRÇAS REBELDES

Os movimentos operários e populares das cidades estimulavam as forças dos guerrilheiros de Fidel Castro. Os sobreviventes do pequeno grupo de 80 homens desembarcados em fins de 1956 no litoral e abrigados nas entranhas de Sierra Maestra multiplicaram-se em destacamentos, transformaram-se num verdadeiro exército. Suas fileiras engrossavam com a adesão de operários, camponeses, homens das chamadas profissões liberais e estudantes, que trocavam o livro pelo fuzil. Formaram-se batalhões de mul-

FIDEL CASTRO



trabalhadores e pigra as condições gerais de vida da população da ilha.

APOIO DO POVO A CASTRO

Por isso mesmo, a incipiente revolta de Fidel Castro e seus companheiros era como um prenúncio do fim da tirania e da conquista de uma vida melhor. Os rebeldes desembarcados nas costas da ilha e refugiados em Sierra Maestra passaram a contar com uma ajuda preciosa: as lutas dos trabalhadores das cidades, sobretudo em Havana. Deflagravam-se greves, realizavam-se passeatas de estudantes. Em Santiago, teve lugar uma demonstração de mulheres, abertamente contra Batista.

O TERROR DE BATISTA

Com o passar do tempo, sem qualquer apoio popular, Batista lançou mão de repressões sangrentas contra os trabalhadores em greve, assassinava líderes operários e estudantes. Em

DEMISSÃO DO PRESIDENTE DO IAPB



Uma convenção de líderes bancários de todo o país (foto) resolveu, por grande maioria de votos, solicitar ao presidente da República a demissão do sr. Enos Saddock de Sa, atual presidente do Instituto dos Bancários e sua substituição por um bancário que realize a política de preservação social mais conveniente para os 130 mil trabalhadores em bancos. A decisão adotada na reunião — que foi promovida pela Confederação Nacional dos Bancários — foi tomada depois de terem sido realizadas, em toda a Brasil, numerosas assembleias sindicais, que aprovaram por larga maioria. Apesar de não estarem cogitando de recorrer à greve para ver vitoriosa sua aspiração, os bancários decidiram enviar um memorial ao presidente da República, consubstanciando seu desejo.

NOVOS RUMOS

Revista — Mensal

Diretor: Enos Saddock de Sa

Secretário: Paulo de Castro

Redação: Av. Rio Branco, 207, 7º andar, S. Paulo — Telefone: 45.7344

Gerência: Av. Rio Branco, 207, 7º andar, S. Paulo — Telefone: 45.7344

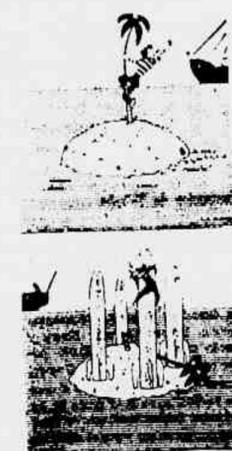
Assinaturas:

Ano	R\$ 250,00
Semestral	R\$ 125,00
Trimestral	R\$ 62,50

Aviação: 100 mil réis por ano, 10 mil por mês

Novos Rumos — R\$ 5,00

Novos Rumos — R\$ 8,00



Quando se comemora mais um aniversário da fundação do Partido Comunista do Brasil...

PARTIDO COMUNISTA DEVE SER LEGAL

De nada valerem todos os esforços, ora violentos e brutais, ora insidiosos e sutis, para eliminar sua presença da vida política do Brasil...

idade do Brasil e no sentimento de nosso povo. Como partido marxista-leninista, ele encarna os interesses fundamentais da classe operária...

lado à sociedade brasileira, de que sua existência é necessária e legítima...

na Constituição e se propõem realizar seus objetivos através das lutas pacíficas e legais das massas...

dos eleitos. Ninguém poderá apoiar qualquer atitude dos comunistas que se oponha aos princípios democráticos...

desprezo da maioria parlamentar para pregar a desagregação do regime constitucional.

A legalidade jurídica do PCB envolve aspecto de farsa e não pode prosseguir sem grave descrédito para a democracia em nosso país...

governamentais, como o PSB e o PTB — correm a celebrat allianças com os comunistas...

As comemorações do 37.º aniversário de seu Partido, os comunistas brasileiros prosseguem na luta comum pela libertação nacional...

Se não puderam liquidá-lo as torturas policiais, a atmosfera de terror e intimidação, igualmente fracassaram as tentativas de desagregação...

Não calçamos na ingenuidade de pintar a história do PCB como um desfile triunfal. O caminho percorrido pelos comunistas brasileiros constitui uma jornada de lutas árduas e penosas...

A ilegalidade do Partido Comunista é absurda porque não subsistem sequer as circunstâncias políticas que, na época, serviram de pretexto para o ato arbitrário e antidemocrático que cassou o registro do PCB...



O povo já se manifestou muitas vezes em praça pública pela volta do Partido Comunista à legalidade. Na foto, aspecto de um comício, no D.F., em propaganda da chapa JJ, na última campanha presidencial.

Fora De Rumo

RAIMUNDO MONATO

No Rio, o Domingo de Ramos foi calmo. Um dia sem calor excessivo nem inundações. Só na Penha verificou-se ligeira alteração. Registraram os jornais que um boi da cara preta, fugindo de um curral, andou à solta, danificando veículos e ferindo um popular, até que, amarrado, foi conduzido ao Matadouro.

Em São Paulo, também fez bom tempo no Domingo de Ramos. Segundo correspondente do 'Jornal do Brasil' parou de chover na capital bandeirante, o que no entanto, não foi suficiente para que as galerias do Salão de Baile da Casa de Portugal se enchessem de assistentes na cerimônia de abertura da Convenção Nacional da UDN.

Imitando o boi da cara preta que andou fazendo miséria na Penha, o convencional Carlos Lacerda empregou todos os recursos de sua ferocidade para transformar a convenção numa tourada. A briga principal do sr. Lacerda era com o sr. Juraci Magalhães, que esgrimindo espada e joão vermelho, levou-se dos golpes do adversário.

O cristão-novo Yukishigue Tamura e os clérigos Alfredo de Arruda Câmara e Luiz Medeiros Neto lograram aprovação de requerimento no sentido de que, por toda a Semana Santa, não houvesse sessões no Palácio Tiradentes. Nem sessão, nem expediente burocrático. Contudo, a força do hábito é muito poderosa e segunda-feira, em frente ao portão dos fundos da Câmara, na Rua D. Manuel, reuniram-se deputados e jornalistas, de pé, num encontro a céu aberto. Mantinha-se o bate-papo que alimenta colunas de jornais conservando aceso o fogo sagrado da agitação política.

Mostrava-se muito autêntico nessa assembleia o ar livre, o sr. José Cândido Ferraz, porta-voz da ala realista. E dizia: «Fomos vitoriosos de ponta a ponta. Os janistas esperavam que pelo menos um telegrama de saudação ao ex-governador fosse aprovado». Com efeito, não obteve êxito a tentativa de lançamento da candidatura Jânio, apesar das arremetidas perigosas do sr. Carlos Lacerda.

Outro motivo de alegria dos realistas era a vitória do sr. Magalhães Pinto, eleito presidente do partido por 204 votos, contra 79 votos de o sr. Herbert Levy. Com o sr. Herbert foi derrotada a ala golpista. Mas a vitória do sr. Magalhães Pinto é também vitória da tendência à união sagrada: contra as forças populares, a tendência ao entendimento das alas reacionárias da UDN e do PSD.

Em todo esse, segundo observação do sr. Seixas Dória, todas as teses nacionalistas ou favoráveis à reforma agrária foram recebidas abaixo de aclamação pelos convenções. Acha o representante sergipano que também na UDN a demagogia caudillesca (Lacerda e Jânio) perde terreno para a política de programas ligados aos grandes temas nacionais do momento.

Finda a Semana Santa e reaberto o portão da Rua D. Manuel, teremos novas agitações. Apesar do malogro de São Paulo, ainda não foi a candidatura Jânio conduzida ao Matadouro da Penha, como o boi da cara preta. Naturalmente Lacerda insistirá na tourada.

MUDANÇA DE RUMOS NA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Está evidente para todos que o problema da sucessão presidencial começa a ser orientar por outro rumo, diferente daquele que alguns setores antipopulares pretendiam impor no tentar reduzir o problema político a um dilema em torno apenas de nomes, um dos quais — o do sr. Jânio Quadros — era apresentado como se fosse o candidato inevitavelmente vitorioso. Este é, na realidade, um falso dilema, como os fatos estão agora comprovando com bastante nitidez. As especulações acerca de nomes, sem vinculações prévias com programas, que retilham os anseios da nação e do povo, vão se confinando numa área cada vez mais estreita: a elementos da cúpula dirigente dos partidos conservadores mais particularmente a UDN. Nesse sentido, é um exemplo bem expressivo a convenção nacional udenista, toda ela transcorrida em torno de disputas de caráter pessoal — Jânio ou Juraci, Herbert Levy ou Magalhães Pinto — sem qualquer conteúdo programático. As tentativas feitas por alguns membros da UDN como o deputado Seixas Dória, de colocar o debate no terreno das ideias restringiram-se a manifestações isoladas, sem maior repercussão no plenário. O POVO TEM QUE SER OUVIDO

- * Graças à influência das forças nacionalistas, a questão passa a girar em torno da exigência de solução urgente para os problemas do povo
* A entrevista de Jango
* Dois caminhos diante de JK

intervenção de elementos e setores nacionalistas definindo os interesses do país e do povo em relação ao pleito de 1960. Algumas dessas intervenções — as mais importantes nos últimos meses foram: a conferência de parlamentares da Frente Nacionalista com o marechal Lott, as entrevistas de Luiz Carlos Prestes ao 'Correio da Manhã' e a NOVO RUMOS, as declarações do ministro da Guerra a 'Última Hora' e, por fim, a entrevista do vice-presidente João Goulart. São todos, pronunciamentos e atitudes de caráter nacionalista e democrático que, podendo diferir entre si em alguns aspectos, são unânimes em reconhecer que o problema da sucessão presidencial não pode ser reduzido a uma simples escolha de nomes, sem a participação do povo e sem que os candidatos se definam a respeito das reivindicações nacionalistas e dos interesses populares.

marechal Lott, sobretudo na entrevista a 'Última Hora'. Estas e outras questões foram indicadas igualmente por Luiz Carlos Prestes como susceptíveis de unificar as forças patrióticas e assegurar a vitória de um candidato nacionalista em 1960. MEDIDAS DE APLICAÇÃO IMEDIATA

Deve-se ressaltar que essas medidas não são apresentadas apenas para que fiquem platinicamente em plataformas eleitorais. Trata-se, ao contrário, de providências cuja execução não pode ser mais retardada, devendo portanto ser imediatamente iniciadas pelo sr. Kubitschek. Os acontecimentos estão mostrando mesmo que muito dificilmente sobreviveria o dispositivo das forças vitoriosas em novembro de 1955 no caso de o governo não tomar com decisão esse caminho.

Esse é um fenômeno novo e altamente salutar: a pressão do movimento nacionalista, já chegou a um ponto em que as forças políticas de base popular, como o PTB, estão convencidas da impossibilidade de continuar acompanhando o governo se este não se dispuser, con-

cretamente, a mudar de rumo e passar à realização de uma política que reflita de fato os interesses da nação e do povo. Dois caminhos se apresentam, portanto, diante de JK: insistir na política atual, em que prevalece a orientação entreguista e antipopular de Lucas Lopes e Roberto Campos e enfrentar, em consequência, a oposição de forças (no caso do PTB) que hoje participam do governo e as lutas populares; ou adotar a orientação pela qual lutam as forças nacionalistas e democráticas, podendo assim evitar que prosiga o desgaste a que está sendo atualmente submetido e que aumenta à medida em que se agravam as dificuldades do povo. A atitude que venha a adotar o sr. Kubitschek em face do setor entreguista do governo e o comportamento da maioria no Parlamento em relação a projetos como o do sr. Sérgio Magalhães (que já mereceu o apoio do marechal Lott), limitando a remessa de lucros para o exterior, mostrará por qual dos dois caminhos o sr. Kubitschek prefero seguir. Enquanto isso, os partidos e forças populares, bem como os setores nacionalistas das diferentes correntes partidárias, precisam dar sempre novos passos no sentido do necessário entendimento, tanto no que diz respeito à formulação de programas imediatos como ao encaminhamento de todo o problema da sucessão.

GRAVIDEZ É CRIME NA FÁBRICA DOS IRMÃOS LUNDGREN Denúncia de um vereador da Paraíba

Da cidade de Mamanguape (Paraíba) recebemos carta do vereador José de Oliveira Ramos, denunciando arbitrariedades cometidas pela diretoria da Fábrica Lio Tinto contra os seus operários. O vereador José de Oliveira já havia feito a mesma denúncia da tribuna da Câmara daquele município, referindo-se particularmente à dispensa de operários em estado de gravidez a fim de fugir a fábricas em cumprimento da lei que assegura às trabalhadoras o direito de licença antes e depois do parto. Outra arbitrariedade da Fábrica Rio Tinto foi a dispensa dos operários Durval de Assis e Manuel Ramos, coagidos a assinar acordos de demissão. A Fábrica Rio Tinto pertence aos milionários irmãos Lundgren e é atualmente dirigida por Pedro Sani que, segundo consta, lutou nos exércitos de Mussolini na última guerra e inclusive se vangloriava de ter participado de ações contra os nossos pracinhas.

O "MANÁ" DOS INTERMEDIÁRIOS...

Na seção econômica de sua edição de domingo último, o 'Jornal do Comércio' publica o seguinte: «CAFE' PARA A RUSSIA — Sexta-feira última foi embarcada no porto de Santos, uma partida de 8 333 sacas de café para a Rússia, com transbordo em Hamburgo, negócio concluído através de uma firma suíça, operação realizada em moeda conversível, autorizada pela FIBAN». Assim, pois, o Brasil está vendendo algum café à União Soviética. Mas o café só chega a esta, depois de passar pela Alemanha e depois de deixar gorda comissão para uma firma suíça. Até quando continuará o governo de JK neste sistema que é um «maná do céu» para os intermediários?

LOTT E JANGO TÊM RAZÃO

Table with financial data including 'Remessas totais', 'Remessas de lucros', 'Remessas de juros', and 'Total' with values in millions of dollars.

TRUSTES LEVAM DOLARES BRASIL FIGA EM DEFICIT

Trezentos e sete milhões de dólares (cerca de 30 bilhões de cruzeiros ao câmbio de 1 dólar por 100 cruzeiros) é a quantia do Brasil nas suas relações econômicas com os outros países, durante o ano de 1958.

A revelação, que não pode deixar de preocupar profundamente a todos os brasileiros, está contida no Balanço de Pagamentos do país, em 1958, publicada pela revista "Desenvolvimento & Conjuntura", da Confederação Nacional da Indústria, no seu número de fevereiro último.

Que é o Balanço de Pagamentos? É o balanço dos valores entrados no país, durante um exercício econômico, com aqueles que tomaram o rumo do exterior. O exame do Balanço de Pagamentos, que faremos sucintamente nesta nota, revela que a causa principal daquele déficit reside na dependência em que se acha a economia do Brasil relativamente aos Estados Unidos da América.

vestimentos (juros, lucros e dividendos) do capital estrangeiro no país. Por fim, os serviços incluem o que, muito proposadamente, o Balanço de Pagamentos elaborado pelo governo oculta sob o nome de outros serviços.

Assim, com fretes e seguros pagos a armadores e seguradores estrangeiros, o país gastou, em 1958, nada menos de 194 milhões de dólares, isto é, quase o dobro do que dispendemos com o trigo importado e apenas 40 milhões de dólares menos do que pagamos pelo petróleo comprado no exterior. As rendas de investimentos ascenderam a 85 milhões de dólares, o que aparentemente é pouco, mesmo levando em conta que essas são remessas declaradas e que uma parte elevada vai pelo câmbio livre, escapando a qualquer controle. Todavia, a explicação para aquele baixo número está precisamente na rubrica "outros serviços" (228 milhões de dólares), quase metade da despesa com todos os serviços, que monta a 507 milhões de dólares.

ESPANTOSO DEFICIT DE 307 MILHÕES DE DÓLARES REVELADO NO BALANÇO DE PAGAMENTOS DE 1958 - QUASE 200 MILHÕES PAGOS EM FRETES - ES CÂNDALO: CÉRCA DE 150 MILHÕES DE DÓLARES REMETIDOS PARA O ESTRANGEIRO, SOB FORMA DE ROYALTIES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - O PAÍS NÃO PODE CONTINUAR SUBMETIDO A ECONOMIA AMERICANA

de suas filiais ou subsidiárias "nacionalizadas", enviam para o exterior quantias fabulosas, como a que ora registra o Balanço de Pagamentos e que pode ser calculado em torno de 150 milhões de dólares.

está a principal causa do déficit de mais de 300 milhões dólares, que foi apenas agravado com a queda das exportações, fato para o qual, como mostraremos, em próxima nota, também se encontra a explicação no alto grau de dependência do

país à economia norte-americana.

CONTA DE CAPITAIS

Por sua vez, o último componente do Balanço — a Conta de Capitais — acusa um superavit de 57 milhões de dólares, de tal sorte que, incluídas as

transações não classificadas (montando a 30 milhões de dólares), o déficit global do Balanço vai a 307 milhões de dólares.

NOVOS EMPRESTIMOS

Para fazer frente a esse déficit, isto é, para financiar a govern

no lançou mão do expediente usual, tomando emprestado a bancos norte-americanos, ou comprando dólares no Fundo Monetário Internacional (sacrificando as reservas do país), além de assumir outras obrigações. Deste modo, se resolve a situação no presente, as providências adotadas não fazem mais que agravá-la no futuro. E tudo isto para manter um esquema de relações econômicas no exterior que contradiz frontalmente o interesse do país, ou para garantir aos monopólios americanos os meios de continuarem se poliendo o Brasil.

COMÉRCIO: NÃO HOUE DEFICIT

Um dos componentes do Balanço de Pagamentos — o principal deles — é a Balança Comercial, isto é, o total dos valores exportados e importados pelo Brasil. Durante o ano de 1958 as exportações nacionais somaram 1 bilhão 199 milhões de dólares, em contraposição a 1 bilhão 187 milhões de dólares das importações. Estes números mostram que a Balança Comercial apresentou um saldo de 12 milhões de dólares, o qual entretanto, esteve longe de contrabalançar as enormes quantias saídas do país, principalmente sob a forma de Serviços.

COMO O BRASIL É SAQUEADO

Estes outros serviços, em mais ou menos duas terças partes, compreendem as remessas de dinheiro a título de "royalties" e "assistência técnica". Atualmente, esta é uma das veias abertas na economia nacional e que serve de cobertura, de camuflagem para que se evada para o estrangeiro o fruto do trabalho do povo brasileiro. O "royalty" é uma parte do lucro paga ao proprietário de uma patente, marca, ou outro direito, a fim de que possam ser utilizados por outrem. De fato, não há nenhum controle nacional sobre tais exigências: ninguém investiga o prazo de vigência de tais licenças e direitos (que, como é sabido, caem no uso público depois de um certo número de anos) ou, sequer, se eles realmente existem. Por isso mesmo, sob o título de "royalties", as empresas estrangeiras no Brasil, principalmente as norte-americanas, através

Recuperação Do Nordeste Deve Ter Os Pés Na Terra



ANIBAL BONAVIDES (Correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará)

Por que estão maduras, no Nordeste, algumas medidas imediatas, de reforma agrária? Vejamos o que se passa no Ceará, onde se acham concluídos ou em construção, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, os maiores reservatórios de água do Polígono. O Araras, já concluído, tem uma capacidade para reter 1 bilhão de metros cúbicos, o Pentecoste, cerca de 100 milhões. Os demais açudes públicos (General Sampaio, Forquilha, Juabara, Riacho do Sangue, Lima Campos, Cedro, Choró, etc.) totalizam mais de dois bilhões de metros cúbicos. E as grandes barragens

ora em construção elevarão consideravelmente o volume de água represada no Ceará: Orós com dois bilhões; Banabuiú com um bilhão e meio; e o Castanhete, cujo estudo está pronto devendo ser iniciado breve, com um bilhão e meio. São, portanto, mais de 7 bilhões de metros cúbicos, que o Ceará terá represados, em futuro próximo. Dessa imensa quantidade de água (volume equivalente a duas vezes a baía de Guanabara) a metade já está praticamente acumulada e se elevando de nível graças ao rigoroso inverno do ano em curso.

É claro que o represamento digno, por si só, nada irá resolver. As águas são contidas, entretanto, com finalidade econômica. Transformar-seão numa fonte perene de vida, trabalho e cultura, se forem racionalmente aproveitadas. Para aproveitá-las, urge a imediata construção dos sistemas de irrigação das grandes fazendas, sua desapropriação e colonização com os agricultores pobres que as queiram trabalhar. E é na efetivação de medidas tão lógicas, e tão inadiáveis, que con-

sistirão as primeiras modificações na paisagem agrícola nordestina.

Mas esta perspectiva oferecida pela realidade nordestina (a construção dos sistemas de irrigação dos açudes públicos e a distribuição das terras irrigáveis com a massa de agricultores pobres) não despertou a atenção dos economistas encarregados de planejar a Operação Nordeste. Preferiram eles afirmar que existem excedentes populacionais na região, onde a densidade demográfica é de 15 habitantes por quilômetro quadrado, sendo de 20 no Ceará; e para não enfrentar a questão da terra, incluíram no plano de OFENO e deslocamento de nordestinos para colonizar os vales do Merim e do Pinaré (Maranhão) e o Norte de Goiás.

TEORIA REPUDIADA

A tese dos "excedentes populacionais" é malthusiana e insustentável. Não resiste a argumentos sérios, contrária, como já vimos, a própria realidade nordestina, cujas grandes barragens estão a esperar pela sua complementação natural (irrigação e colonização das terras irrigáveis). Será que os bilhões de metros cúbicos de água represada são apenas destinados ao deleite dos olhos? Ou será que os açudes públicos foram construídos para uso e benefício particular dos grandes proprietários de terras? Por que não trata o governo do problema com responsabilidade? Por que não diz o que realmente pretende fazer com a água acumulada e com as terras agriculturáveis que aguardam a ação do homem e das suas máquinas? Por que inventar uma teoria qualqueres ("excedentes populacionais") para fugir ao verdadeiro problema que se coloca no ordenamento do dia? Essa teoria, além de espúria, choca-se frontalmente com a realidade dos tempos em que vivemos, quando os assombrosos progressos da ciência e da técnica não mais permitem que vin-guem, mesmo teórica-

mente, as falsas e reacionárias teses do malthusianismo.

Aliás, a teoria dos "excedentes populacionais", com que se pretende transferir para as calendas gregas a questão madura das primeiras medidas concretas de reforma agrária no Nordeste, essa teoria foi vigorosamente contestada e repudiada no "seminário" promovido no dia 1.º de Março em Fortaleza, pelos "Diários e Rádios Associados", para o debate dos problemas da região face ao lançamento da OFENO. Os técnicos e economistas cearenses presentes ao debate disseram que a colonização tinha que ser feita era aqui mesmo, no Nordeste, e estranharam que o problema da terra tivesse sido relegado a plano tão inferior na OFENO. Já o governador Parsifal Barroso chegara a vetar o planejamento do GTN, na reunião de fevereiro, no Rio, por não se incluir no mesmo a eletrificação do Ceará e a irrigação e colonização das terras dos açudes públicos.

No aludido "seminário", os economistas e técnicos de Fortaleza repeliaram igualmente uma outra tese retrógrada, desta vez sustentada pelo embaixador Assis Chateaubriand, que participava da reunião com ares de vedete. O conhecido jornalista defendeu, desceradamente, o ponto de vista de que a OFENO não devia cuidar da industrialização; que ele, Chateaubriand, sempre fora contra a industrialização no Brasil, "tivera a coragem" de combater a construção de Volta Redonda e, no momento, combatia intransigentemente a industrialização do sul de Minas, pois aquela era uma das melhores regiões do mundo para o cultivo de café fino; que o Nordeste devia cuidar era de exportar produtos agrícolas e matérias primas, pois isto é que rendia dólares, e nós precisamos era de dólares, muitos dólares, pois hoje, no mundo, só vale quem, mesmo teórica-

Tentam Entregar Delgado Aos Lóbos Salazaristas

Assume proporções maiores o chamado caso Delgado. Procurado por um repórter dos "Diários Associados" em Lisboa, o jornalista Wilson Aguiar, foi este expulso de Portugal pela polícia salazarista. A embaixada portuguesa no Rio divulgou uma nota inverídica sobre o caso, desmentindo a expulsão do jornalista, com uma argumentação que não convence nem a uma criança. O fato é que o próprio embaixador brasileiro em Lisboa teve que acompanhar até o aeroporto o repórter Wilson Aguiar. Em face destes acontecimentos, intervém no assunto o próprio Chateaubriand, chefe de jornalista e diplomata, e não sabemos em que qualidade o faz. Se continua embaixador, não tinha o direito de intervir-se no assunto da forma como o fez. Sua intervenção — está visto

e em favor da ditadura de Salazar e contra o asilo concedido ao general Delgado. Indaga Chateaubriand que razões tem um Ministro das Relações Exteriores para não acreditar na lealdade de um governo diante de um caso como o do refúgio do general Delgado? Trata-se, no caso, da lealdade do governo de Salazar. Isto depois de Salazar ter reformado compulsoriamente o general Delgado pelo fato de ter este ajudado opositor ao candidato oficial a presidência da República. Depois de ter sido impedido por duas vezes de deixar o país. Depois de ser sistematicamente seguido pela polícia política. E quando os carcereiros de Portugal estão cheios de patriotas e, bem e honestamente, destacados vultos da intelectualidade portuguesa, repúblicanos históricos como António Sérgio

e Jaime Cortesão, os professores António Almeida e Azevedo Gomes, foram arbitrariamente encarcerados. De que lealdade se pode falar tratando-se de Salazar? Mas, o sr. Chateaubriand não se contenta com isto. No seu ato de justificar a ditadura salazarista chega ao cúmulo de considerar ter sido punido o que aconteceu ao seu próprio repórter. Pode parecer incrível, por isso reproduzimos textualmente as palavras de Chateaubriand: "Se apenas o convidaram a deixar o país, Wilson Aguiar foi punido, muito pouco, pelo atrevimento de que deu prova. Se o tivessem espancado, era justo a castigo da ousadia que ele perpetrou. E acrescenta no final do artigo: "A culpa para ele ainda seria pouca coisa". Como era natural, o artigo de Chateaubriand foi trans-

mitido como matéria para as autoridades fascistas da embaixada portuguesa. Nada melhor poderia caracterizar a E a sacralização dos métodos terroristas da PIDE. O artigo de Chateaubriand tem pouco ou nenhum mérito, vem demonstrar que uma alta burocracia do Itamaraty procura fugir com o direito de asilo, tradicional em nossa diplomacia. Tentasse entregar o general Delgado aos lobos salazaristas, a famigerada PIDE que tantos patriotas portugueses tem assassinado. Delgado simboliza hoje as lutas dos democratas portugueses contra o fascismo salazarista e é digno de toda a simpatia e apoio dos democratas brasileiros. Merece a mais energia empenhada numa tentativa de resgate do Itamaraty ante a ofensiva dos advogados do fascismo de Salazar.

Roboré: Acórdos Nasceram De Um Tratado Já Morto

Fernando Luiz Lobo Carneiro

(ÚLTIMO DE UMA SÉRIE DE TRÊS ARTIGOS)

Nos dois artigos anteriores apresentamos uma análise das "notas reversais" n.ºs 6 e 7, integrantes do chamado "acórdo de Roboré". Como vimos, essas "notas reversais" bem merecem a qualificação de "torpedos" contra a Petrobrás, e constituem a base da mais perigosa conspiração até hoje engendrada pelos trustes norte-americanos do petróleo contra a emancipação econômica de nossa Pátria.

Como justificativa dessas "notas reversais" tem sido muito difundida a falsa tese de que são fracas as possibilidades de aumentar apreciavelmente a produção de petróleo no território nacional, e de que o petróleo boliviano (dado como certo e abundante) é absolutamente indispensável, e até mesmo vital, para o nosso abastecimento futuro. Essa tese, patrocinada pelo Coronel Alexandre Bittencourt, não corresponde à realidade objetiva. As possibilidades de existência de campos de petróleo exploráveis comercialmente, no território da Bolívia, são as mesmas que existem na imensa área potencialmente petrolífera do Brasil. A área potencialmente petrolífera do Brasil alcança 3 milhões de quilômetros quadrados, e é 200 vezes maior que a "área B" da Bolívia. Em 1957, as reservas prováveis (isto é, já perfeitamente conhecidas e cubadas) da Bolívia eram estima-

das em 70 milhões de barris, e as do Brasil em 350 milhões, isto é, 5 vezes mais. Ao passo que a produção de petróleo da Bolívia se manteve estacionária, em torno de 10.000 barris por dia, a produção do Brasil cresceu de 27.200 barris por dia em 1957 para 58.000 barris por dia em 1958. Nossas reservas aumentaram, nesse período, de 350 milhões de barris para 480 milhões, ao mesmo tempo que na Bolívia os trustes confessavam o fracasso das pesquisas minuciosas nas concessões que lá obtiveram (despacho publicado no "Correio da Manhã" de 25 de janeiro). Nas "áreas A" e "B" não existe nenhuma jazida de petróleo comercialmente explorável já descoberta.

É interessante observar que, apesar das numerosas concessões feitas aos trustes estrangeiros, a quase totalidade da produção de petróleo da Bolívia ainda é realizada pelo órgão estatal "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos", nos campos da região de Camiri. Essa entidade possui quatro refinarias com capacidade total de 12.000 barris por dia. Apesar da produção boliviana ser apenas a quinta parte da brasileira, e ela suficiente para o consumo de todo o país, que e pequeno. Esses fatos mostram que a Bolívia, apesar de ser país subdesenvolvido e de econo-

mia ainda muito mais atrasada que a do Brasil, já possui uma boa base para o desenvolvimento de uma indústria petrolífera estatal. Quando o povo boliviano resolveu a questão interna que se a ele cabe resolver, conseguir modificar a atual política petrolífera oficial, suprimindo as concessões aos trustes, os Y.P.F. Bolivianos estarão aptos a exercer o monopólio estatal. Caberia então às nações vizinhas e irmãs dar à Bolívia, caso esta o deseje, ajuda fraternal, numa base de igualdade e vantagens recíprocas, em lugar de pleitearem concessões petrolíferas na região andina, a pretexto de que ela ainda não tem capacidade técnica ou financeira para desenvolver suas próprias riquezas.

AS RAÍZES HISTÓRICAS

Para terminar esta série de artigos, abordemos agora a questão fundamental das raízes históricas das "notas reversais" n.ºs 6 e 7, de Roboré. Não podemos infelizmente transcrever na íntegra os dois tratados de 1938, dada a extensão dos mesmos. Recomendamos, no entanto, sua leitura. Foram publicados no número de 19 de janeiro de 1958 do "Diário de Notícias". Não é difícil também obter os textos oficiais, em folhetos editados pela seção de publicação

do Ministério do Exterior. O primeiro tratado chama-se "Tratado sobre a Ligação Ferroviária" e o segundo "Tratado sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano".

O "Tratado Ferroviário" constitui modificação do chamado "Tratado de Natal", de 1938, que por sua vez modificou o artigo 7 do Tratado de 1903, pelo qual a Bolívia nos cedeu, mediante compensação, o território do Acre (cento e cinquenta e três mil quilômetros quadrados). A conferência do engenheiro Luis Alberto Whately, que chefiou durante vários anos a construção da estrada Corumbá-Santa Cruz, contém um breve histórico da questão (revista "Geologia e Metalurgia", de S. Paulo, número 14, de 1950).

O Brasil ficara devendo à Bolívia, em 1903, como parte das referidas compensações, um total de 1 milhão de libras-ouro. Em 1938, essa dívida foi substituída pela obrigação de

via? Deixo a resposta aos leitores.

A estrada Corumbá-Santa Cruz foi no entanto desde o início orçada em quantia superior à nossa dívida de 1 milhão de libras-ouro. Dispôs então o "Tratado Ferroviário" de 1938 o seguinte:

a) a Bolívia nos pagará a diferença entre o custo da estrada e a nossa dívida de 1 milhão de libras-ouro em dinheiro ou em petróleo, a juízo do governo boliviano. É falso, inteiramente falso, afirmar que a estrada seria paga em concessões petrolíferas. É igualmente falso afirmar que o pagamento deverá ser feito em petróleo. É também falso afirmar que "a estrada está sendo construída às nossas custas", pois a verdade é que em grande parte foi construída às custas da Bolívia (dívida dessa não paga durante 35 anos).

b) o pagamento será feito em 20 prestações anuais, a juros de 3 1/2% ao ano, após a

Roboré que se relaciona com a construção da estrada de ferro, e principalmente a "nota reversal" n.º 2, que suprime essa vergonhosa cláusula de "garantia geográfica", deve ser, em minha opinião, apoiada pelos patriotas brasileiros. E não vejo também porque devamos nos opor à passagem da chefe da Comissão construtora da estrada de ferro ao engenheiro-delegado boliviano. Isso é perfeitamente justo, pois a estrada não é nossa, é da Bolívia. Justa também é a concessão de trânsito livre às mercadorias bolivianas, através do território nacional, com depósitos francos nos terminais da estrada e nos portos de exportação.

O TRATADO PETROLÍFERO

Se o Tratado Ferroviário de 1938 não se vincula com as concessões petrolíferas a empresas brasileiras, qual então a origem da questão? Reside ela no Tratado Petrolífero de 1938. Dispõe esse tratado o seguinte (sem fazer a mais longa referência ao indireta referência a construção da estrada de ferro):

a) os governos do Brasil e da Bolívia concordam em realizar conjuntamente estudos na faixa petrolífera subandina da região atravessada pela estrada art. 1.º;

b) o governo brasileiro se compromete a gastar nesses estudos 750.000 dólares, e a emprestar quantia equivalente ao governo boliviano, para o mesmo fim;

c) o governo boliviano "retribuindo o concurso prestado pelo governo do Brasil na fase preliminar dos estudos, explorações e perforações a que se

daria razão ao governo boliviano.

Não foram apenas "pequenas despesas" os "custos indiretos" do "Tratado de 1938". Devemos sempre estar atentos com as nossas obrigações fundamentais, estipuladas no tratado, e isso durante mais de 16 anos. Qual a razão? No período inicial, a razão foi que a descoberta do petróleo no Itecocha (Bolívia) retirou todo interesse aos estudos na longa faixa da região da Bolívia. Todos os recursos de que dispunhamos deviam ser concentrados — como ainda hoje o devem ser — na pesquisa de petróleo no território nacional. Foi justa essa política. Cabia apenas, para completá-la, reconhecer a caducidade do tratado com a Bolívia, como pleiteava o seu governo.

Alega-se que não executamos o tratado em virtude de haver o governo boliviano estendido a Argentina a "garantia geográfica" a que nos referimos, para construção de outra estrada de ferro, com interferência de "zonas de influência". Isso no entanto só se teria dado em 1941, e não é difícil mostrar a falta de fundamento do argumento. Mas a partir das "notas reversais" de 1952 essa desculpa não tem mais sentido, pois foi então rigorosamente delimitada a "área de estudos brasileira". Os 4 milhões de dólares não foram fornecidos porque o sr. Eugenio Guadin, ministro da Fazenda, declarou que a nossa carência de divisas não o permitia. Fica assim perfeitamente claro que, ao serem assinados os acordos de Roboré, o tratado petrolífero de 1938 já caducara há alguns anos. O Sr. Macedo Soares bem o sabia, mas levou a Roboré a missão de "ressuscitá-lo", sob pressão de alguns grupos de capitalistas brasileiros que ambicionavam as concessões, e de alguns partidários de uma odiosa "geopolítica", de inspiração fascista, que usavam como argumento inclusive a chantagem guerrilheira, apoiados em concepções de defesa, hoje, inteiramente obsoletas.

Pressão e concessões. A seqüência foi que o sr. Macedo Soares teve ao mesmo tempo que pressionar o governo boliviano (segundo o plano odioso então desenhado no Brasil por fontes suspeitas), e também que fazer algumas concessões, atendendo a velhas reivindicações da Bolívia. Entre estas figurava uma questão de limites, ligada a uma zona contestada, com menos de quatro mil quilômetros quadrados, correspondente a uma faixa com 200 quilômetros de extensão, na direção norte-sul, e 17 quilômetros de largura média, entre o Morro dos Quatro Irmãos e a nascente do Rio Verde, distando centenas de quilômetros das zonas petrolíferas. Região quase desabitada, que nada tem a ver com o petróleo, e na qual, ao contrário do que se afirmou, não existe nenhuma cidade. Se nos armos um pouco na questão do Acre, que já pertence ao passado, mas que deu origem a ressentimentos e desconfianças, no povo boliviano, em relação a nós, chegaremos a conclusão de que não é justo fazer oposição a mais essa pequena compensação. A "nota reversal" n.º 1, procriada durante a campanha eleitoral, e aprovada, dividida a zona contestada entre a Bolívia e o Brasil, como se pode constatar no mapa publicado. Não podemos, portanto, deixar de lamentar profundamente a não terminação deste artigo, a atitude oportunista anti-boliviana assumida por algumas poucas personalidades de setores nacionalistas, transformando essa "nota reversal" n.º 1 em "tratado de batalha" contra os interesses de Roboré. Penso que, ao contrário, deve ela ser apoiada pelos que lutam pela emancipação econômica do Brasil. Devemos acima de tudo preservar e reforçar a amizade fraternal com o povo boliviano. Concorrer para novas desconfianças e ressentimentos é servir os interesses do imperialismo, que são contrários à unidade dos povos latino-americanos.

Solução Nacionalista Para Os Problemas Do Vale Do Paraíba

REALIZADA COM ÊXITO, EM BARRA DO PIRAI, A PRIMEIRA QUINZENA NACIONALISTA DAQUELA IMPORTANTE ZONA

Entre 1.º e 15 do corrente, realizou-se na cidade fluminense de Barra do Pirai a Primeira Quinzena Nacionalista do Vale do Paraíba. Um vasto e interessante programa foi organizado pela promotora da Quinzena — a Frente Nacionalista de Barra do Pirai — consistindo de conferências, palestras, exibição de filmes sobre as realizações da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica Nacional, distribuição de publicações dessas empresas estatais, além de outras iniciativas.

Entre as personalidades convidadas que realizaram palestras e conferências, figuram o embaixador Osvaldo Aranha e o professor João Cunha Andrade, da Faculdade de Filosofia de São Paulo, deputado Domingos Velasco, engenheiro Cutello Branco, o secretário de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro.

Recuperação do Nordeste...

(Conclusão da 4ª Página)

quem tem dólares: finalmente, o ilustre embaixador e jornalista manifestou-se no sentido de que a Operação Nordeste se dedicasse exclusivamente a planejar o aumento das nossas exportações de matérias primas e de produtos agrícolas, como o algodão e o café, que são bons formadores de divisas...

De tal forma, porém, foi a chave de apertar e protestos surgidos no seminário, contra a tese colonialista do sr. Assis Chateaubriand, que este não encontrou outra saída senão a de enfiar a viola no saco e retirar-se das discussões, "sobrando" inteiramente, como se diz na gíria. E o embaixador, que é tão loquaz e erudito, recolheu-se tristemente a um silêncio notável durante algumas horas do mais intenso e vivo debate.

deira Vaughan, que representou o governador Roberto Silveira, deputados Gabriel Passos e Neiva Moreira.

Nessas palestras e conferências, os temas abordados relacionavam-se tanto com os aspectos gerais da política nacionalista, como versavam também sobre problemas concretos, tais como a de energia elétrica — que interessa vitalmente ao Vale do Paraíba — e o acórdo de Roboré, a questão do ensino em Barra do Nacionalista, etc.

RESOLUÇÕES APROVADAS

A final da quinzena foram aprovadas, por aclamação entre outras, as seguintes propostas e resoluções:

1) Considerando o embaixador Osvaldo Aranha e o prefeito de Barra do Pirai, sr. Guilherme Nilward, presidente de honra da Frente Nacionalista de Barra do Pirai; 2) solicitando do Presidente da República a remoção das patentes da S.M.O. que criam dificuldades para a expansão da indústria nacional e responder, em grau elevado, pelo encarecimento do custo de vida; 3) solicitando o reexame do Acórdo

de Roboré pelo Congresso Nacional, de acordo com o artigo 66 da Constituição; 4) protestando ante as medidas adotadas pela Light, que tem trazido sérios prejuízos à população do Vale do Paraíba e encerram novas ameaças aos que ali habitam; 5) reclamando uma solução nacionalista para os problemas do Vale do Paraíba, através da ação conjunta dos povos dos dois Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, no que se refere ao desenvolvimento do parque industrial, da saúde pública, da piscicultura, da agropecuária, do transporte fluvial e da beleza estética das cidades do Vale do Paraíba; 6) solicitando ao Presidente da República o imediato restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, pela preservação da paz e da boa convivência entre os povos; 7) relativamente ao ensino, solicitando a instituição de transporte gratuito para os professores públicos de todo o país e apoiando o projeto de citrizes e bases para o ensino, de acordo com os interesses do desenvolvimento do país.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E RESERVAS DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

PAIS	RESERVAS PRO- VADAS (milhões de barris)	PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (barris por dia)	DURAÇÃO DAS RESERVAS PRO- VADAS (ao ritmo atual de produção)
MEXICO - 1957	1.000	250.000	24 anos
VENEZUELA - 1957	900	2.780.200	14 anos
COLOMBIA - 1957	650	81.600	28 anos
PERU - 1957	275	82.700	16 anos
BRASIL - 1957	350	27.200	26 anos
BRASIL - 1958	420	58.000	23 anos
BOLÍVIA - 1957	70	9.800	20 anos
ARGENTINA - 1957	2.300	91.800	68 anos

Obs.: Os dados relativos a 1957 foram retirados da revista "World Petroleum"; as reservas "provasdas" são as que já foram cubadas.

construirmos, para a Bolívia, uma estrada ligando Cochabamba a Sta. Cruz. Durante a guerra do Chaco, não tendo sido cumprido mais uma vez esse nosso compromisso, o governo boliviano solicitou que a dívida fosse saldada em dinheiro, para atender a prementes dificuldades financeiras. O governo brasileiro não atendeu ao pedido, e continuamos assim devendo à Bolívia o milhão de libras-ouro, até 1938, isto é, 35 anos depois da aquisição do Acre. Naquele ano nos comprometemos a saldar a dívida construindo a estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. E é que esta estrada, no "Tratado Ferroviário". Observemos aqui, para meditação daqueles que vivem se lastimando em nome do Brasil, por "injerências" ou "meios supostos deslealdades" do governo boliviano, que o Tratado de 1903 não falava em prazo nem em juros, mas, se computarmos os juros de apenas 3 1/2% ao ano, nossa dívida à Bolívia de um milhão de libras-ouro teria-se elevado a 2.300.000 libras-ouro, isto é, a 3,3 vezes mais. Quem tem por motivos para queixas e reclamações? Não os a Bolí-

terminação da estrada. Como ainda restam obras a concluir, a Bolívia está perfeitamente em dia com suas obrigações.

e) no caso, e somente no caso, de vir a Bolívia a se atrasar, no futuro, no pagamento das 20 prestações anuais, dispõe o tratado que "o produto da exploração das zonas petrolíferas" da região atravessada pela estrada e dado como garantia. Não se fala em "concessões petrolíferas". Pode-se interpretar esse dispositivo da seguinte maneira: toda a renda que o governo boliviano obtiver da exploração do petróleo da região, seja como "royalties" ou participação, no caso de concessões a empresas privadas, seja como resultado de exploração direta por Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, e dada em garantia, no caso de falta de pagamento. Trata-se de cláusula de sabor nitidamente colonialista, humilhante para a Bolívia e indigno do Brasil, semelhante às exigências de banqueiros ingleses, no século passado, relativas às rendas de nossas alfândegas, como garantia de seus empréstimos. Toda a parte dos acordos de

referir a artigo 1.º, compromete-se a que a exploração do petróleo na zona subandina boliviana se faça por intermédio de sociedades mistas brasileiro-bolivianas, organizadas de acordo com as leis vigentes em cada país (artigo VI).

O texto é claro, e não permite dúvidas e subtletias. As concessões às empresas mistas bolivianas seriam dadas como retribuição ao concurso prestado pelo governo do Brasil na fase preliminar dos estudos, explorações e perforações da faixa petrolífera.

Acontece que o governo brasileiro nunca cumpriu essa obrigação. Nem mesmo depois das "notas reversais" de 1952 e 1953, que delimitaram a área e aumentaram a contribuição total do governo brasileiro de 15 milhões de dólares para 4 milhões. Tinha portanto, encarado de razão o presidente Paz Estensoro quando, em 1955, comunicou ao presidente Café Filho que o governo boliviano considerava caduco o tratado petrolífero de 1938. Esteo inteiramente conveniente de que qualquer tribunal arbitral honesto ou corte internacional, como a de Haia,

NOTA ECONÔMICA

Tracando um quadro real do atraso absoluto e relativo do Nordeste, o relatório, de que o economista Celso Furtado, é o principal autor, traz, de forma constante, quando se trata de apontar as causas desse atraso. Como causas profundas (isto é, que respondem pela tendência secular ao atraso relativo da economia nordestina), o relatório enumera as seguintes: escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração de renda na economia açucareira e predominância da setor de subsistência na produção do interior do seminário. A estas causas, acrescenta outras de ordem circunstancial, que consiste na política de industrialização seguida pelo governo federal no último decênio, a qual favoreceu sobretudo o Centro-Sul em detrimento do Nordeste.

Com a seqüência, o sr. Celso Furtado atribui um papel decisivo aos fatores geográficos. Não iremos aqui nos deter na demonstração do erro teórico que representa a ultrapassada concepção do determinismo geográfico. Acertamos, porém, que não se pode aceitar sem discussão a tese sobre a pobreza das terras e a inelutabilidade do clima, como causas profundas do atraso nordestino. O deputado José de Castro, em conferência recente, demonstrou com inteira razão, que o Nordeste possui grandes extensões de terras férteis, inexploradas ou mal exploradas em virtude da estrutura latifundiária de sua economia agrícola. Ao invés de condenar esta estrutura econômica açucareira, promotora de qualquer progresso, o sr. Celso Furtado prefere usar a geografia. Partindo desta concepção, as soluções propostas, como veremos, se trazem algo de positivo, não consistem senão no manuseio daquilo que é o cerne do problema.

Relevância essencial da relação "Sobre uma poli-

tica de desenvolvimento econômico para o Nordeste", é a sua omissão completa na que se refere à ação do imperialismo. Ora, esta ação é o principal fator negativo com que se defronta a economia nacional, seja no Centro-Sul, apesar do seu desenvolvimento relativamente rápido, seja no Nordeste.

O relatório assinala, por exemplo, que cerca de um terço da produção nordestina é destinada à exportação, que para o exterior, quer, em proporção maior, para o próprio Centro-Sul brasileiro. Trata-se da exportação quase somente de gêneros alimentícios e matérias primas, o que caracteriza o tipo colonial da economia da região.

O próprio relatório, entretanto, frisa o fato de que o Nordeste tem no Centro-Sul brasileiro um mercado crescente e relativamente estável, ao contrário do que sucede com o mercado internacional. Isto demonstra que o processo de desenvolvimento capitalista em curso no país, vem atuando no sentido da integração de todas as regiões, num mercado único, embora o faça de maneira a fortalecer a posição privilegiada de certas zonas, assim como centros fornecedores de artigos industriais em escala nacional. Valorizando as possibilidades de escoamento que os produtos do Nordeste encontram no Centro-Sul, é errado, porém, como faz o relatório, considerar que o setor exportador do Nordeste

pouco deve esperar da conquista de novos mercados externos. Ai a questão é de todo o país, é uma questão de mudar os rumos da política de comércio exterior, o que o sr. Celso Furtado publicamente preferia não abordar.

Basta ver o que se passa com o algodão, que é um dos produtos básicos do três Estados nordestinos: Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Enquanto a indústria sulina absorve quantidades crescentes do algodão nordestino (em 1956 mais 30% do que em 1948), a exportação para o mercado internacional sofre oscilações frequentes e violentas, chegando a se reduzir de 7 vezes de um ano para outro (1948-49) e de 6 vezes (1955-56), em épocas, por sinal, que não foram de seca. É este um problema de incunidade especial, do Nordeste? Não, porque toda a exportação algodoeira nacional vem caindo vertiginosamente de ano a ano, tendo, de crescido de 369.486 toneladas em 1954 para 66.180 toneladas em 1957!

Qual a causa mais importante? Ninguém ignora que esta causa é a criminosa política de "dumping" que o governo dos Estados Unidos pratica com os imensos estoques de algodão de que dispõe. Para esta política colaborar eficazmente a SANBIA e a Anderson Clayton, trustes norte-americanos que atuam no nosso próprio mercado interno de algodão, tanto em São Paulo como no Nordeste. Não é possível pensar em progresso da economia algodoeira nordestina sem pôr termo ao estrangulamento, que lhe impõem aquelas duas firmas estrangeiras.

Seja para o Centro-Sul como para o Nordeste, a questão mais vital é a emancipação da exploração imperialista norte-americana. Disto fugiu de tratar o relatório do sr. Celso Furtado.

Teoria e Prática

O VALOR DO TRABALHO

«Devemos, agora, voltar à expressão: Valor do próprio trabalho».

Vimos que na realidade, este valor nada mais é que a força de trabalho, medida pelos valores das necessidades necessárias à sua manutenção. Mas como o operário se rende o seu salário depois de realizar o seu trabalho? Como, além disso, sabe que a que entrega realmente ao capitalista e a seu trabalho, ele necessariamente imagina que o valor, ou preço de sua força de trabalho é o mesmo ou valor de seu próprio trabalho. Se o preço de sua força de trabalho é 3 velins, nos quais se materializam 6 horas de trabalho, e ele trabalha 12 horas, forçosamente o operário considerará esses 3 velins como o valor, ou preço de 12 horas de trabalho, se bem que esses 12 horas representem um valor de 6 velins. Desde se chega a um duplo resultado:

Primeiro, o valor, ou preço da força de trabalho toma a aparência do preço, ou valor do próprio trabalho, embora a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido.

Segundo: Ainda que se se pague uma parte do trabalho dentro da operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração e ainda que este trabalho não remunerado, ou sobre-trabalho, seja precisamente a fundo de que se forma a mais-valia, ou lucro, fica parecendo que todo trabalho é trabalho pago.

Esta aparência enganadora distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas de trabalho. Dentro do sistema do salarizado, até o trabalho não remunerado parece trabalho pago. Ao contrário, no trabalho dos escravos parece ser trabalho não remunerado uma parte do trabalho que se paga. Claro está que para poder trabalhar, o escravo tem que viver e uma parte da sua jornada de trabalho serve para repor o valor de sua própria existência. Mas como entre ele e seu senhor não há troca alguma, nem se celebra entre eles, nenhuma compra e venda, todo o seu trabalho parece dado de graça.

Também, por outro lado, o camponês, servo, tal como existia, quase diríamos ainda ontem mesmo, em terras orientais da Europa. Este camponês, por exemplo, trabalhava três dias para si, na sua própria terra, ou na que lhe havia sido atribuída, e nos três dias seguintes realizava um trabalho compulsório e gratuito na propriedade de seu senhor. Como vemos, aqui as duas partes do trabalho, a paga e a não paga, aparecem visivelmente separadas, no tempo e no espaço, e os nossos libérrimos podem estar de indignação moral ante a ideia despirada de que se obrigue um homem a trabalhar de graça.

Mas, na realidade, tanto faz uma pessoa trabalhar 3 dias na semana para si, na sua própria terra, e outros 3 dias de graça na gleba do senhor, como trabalhar diariamente na fábrica, ou na oficina, 6 horas para si e 6 para o seu patrão; ainda que neste caso a parte do trabalho paga e a de não remunerado apareçam inseparavelmente confundidos, e o caráter de toda a transição se distinga por completo com a interpenetração de um contrato e o pagamento recebido no fim da semana. No primeiro caso o trabalho não remunerado é visivelmente arrastado pela força no segundo, parece entregue voluntariamente. É a única diferença.

FRANK THAIN (Salário, Preço e Lucro)

TEODORO BARBOSA DA SILVA

Na dia 9 do corrente, faleceu Teodoro Barbosa da Silva, conhecido e estimado mi-

litante comunista nos meios portuários do Distrito Federal.

Teodoro Barbosa da Silva, que contava 54 anos de idade e deixava viúva e seis filhos, ficava completamente cego nos últimos anos, mas mesmo assim continuava a interessar-se pela marcha do movimento operário.

Quando se aborda a questão da aliança da classe operária com a burguesia para a luta contra o inimigo comum da nação — o imperialismo norte-americano e seus agentes internos —, uma dúvida ocorre frequentemente: exigirá esta aliança o amainamento da luta de classes entre o proletariado e os capitalistas nacionais? Há quem responda afirmativamente sob a alegação de que a luta da classe operária pelos seus interesses específicos prejudica a frente única com a burguesia nacionalista. Este ponto-de-vista decorre de uma incompreensão do caráter da frente única, da natureza de classe das forças que a compõem.

Ao aliar-se com a burguesia no movimento nacionalista, a classe operária não pode desconhecer que entre ela e os capitalistas brasileiros há não somente pontos de contato, mas também contradições e luta. Essas contradições internas da frente única são inevitáveis e necessárias, estão determinadas por causas objetivas, relacionadas com o caráter de classe das forças sociais que participam dessa frente. Não pode deixar de haver contradições, desde que a burguesia, como classe exploradora, tende a aumentar a exploração dos operários, trata de descarregar sobre as massas a peso das dificuldades econômicas. As contradições são inevitáveis, ainda, porque a burguesia, na qualidade de classe possuidora, teme a ação independente dos trabalhadores, é força vacilante e se inclina, por vezes, a compromissos com o imperialismo e seus agentes.

Em face da exploração capitalista, os operários não podem deixar de lutar por aumento de salários e melhores condições de vida, tendem naturalmente a unirse e organizar-se para defender seus interesses de classe. Qualquer ideia de estabelecer a «paz social», de evitar a luta de classes, é não somente reacionária como também utópica nas condições do regime capitalista. Independente da vontade ou da autorização de quem quer que seja, os trabalhadores defendem seus interesses próprios pelos meios ao seu alcance.

O problema consiste em saber como esta luta de classes se trava num país

dependente do imperialismo, como o Brasil onde a grande tarefa histórica na presente etapa é a libertação nacional. Compreendendo que essa tarefa não pode ser realizada sem a frente única de todas as forças nacionais e progressistas, a classe operária busca estabe-

União e Luta Com a Burguesia

lecer uma aliança com a burguesia nacionalista para a luta contra o inimigo comum da nação. A luta do proletariado pelos seus interesses, contra a exploração capitalista e contra as vacilações da burguesia, não tem como objetivo, em tais condições, o isolamento da burguesia ou o rompimento com ela. Ao contrário, esta luta é conduzida dentro dos marcos da frente única e deve ter como finalidade fortalecê-la.

Ao lutar por seus interesses específicos e combater as tendências vacilantes da burguesia, a classe operária tem o propósito, em primeiro lugar, de assegurar seu papel independente na frente única. Os operários só podem fortalecer-se como classe, organizar-se, adquirir consciência revolucionária, se, ao lado da luta pelos interesses gerais da nação, travarem a luta pelos seus interesses específicos, reforçarem o movimento operário

Ao contrário do que pensam os elementos oportunistas, o fortalecimento do movimento operário não debilita nem divide a frente única nacionalista e democrática. A unidade das forças patrióticas só será realmente poderosa se contar com o apoio das

massas trabalhadoras. E o movimento nacionalista será tanto mais consequente à medida em que não participar e influir a classe operária, de modo a anular as vacilações das classes não proletárias. No curso deste processo, a classe operária faria sua unidade, solidifica sua aliança com os camponeses e se esforça por dirigir a luta antiimperialista e democrática.

Em segundo lugar, ao defender seus interesses específicos e combater as vacilações da burguesia a classe operária tem como objetivo impulsionar a própria burguesia no sentido de uma posição mais consequente contra o imperialismo norte-americano, forçando-a a buscar para as suas dificuldades outra saída que não seja apenas a exploração intensificada dos trabalhadores.

Como exemplo, pode-se tomar a luta das massas contra a carestia, por um aumento de salários.

Esta luta constitui uma forma de pressão para obrigar o governo a mudar sua política econômico-financeira, eivada em muitos aspectos de concessões antipopulares, e adotar uma política de desenvolvimento independente e progressista da economia

nacional, que inclua entre seus objetivos o bem-estar do povo. A luta contra a carestia não tem, portanto, caráter divisionista, nem favorece o golpe entreguista, como alegam os oportunistas. Ela objetiva, precisamente, ampliar, e fortalecer as bases da frente única nacionalista e democrática, mediante a participação ativa das massas trabalhadoras.

A luta da classe operária pelos seus interesses próprios não prejudica a frente única, sendo, ao contrário, uma condição imprescindível para o seu fortalecimento, para assegurar-lhe uma base de massas, para tornar suas lutas mais consequentes e sua direção mais firme.

Esta luta, certamente, deve ser conduzida de forma adequada para não afetar a unidade das forças nacionalistas. Assim como seria um erro pretender negar ou amenizar a luta de classes, constituiria igualmente um grave erro intentar levar a luta de classes entre o proletariado e a burguesia, na atual etapa da revolução, até as suas últimas consequências, isto é, ao isolamento e derrocada da burguesia.

VITIMAS DOS AGUACEIROS

A redação de NOVOS RUMOS foi visitada por uma comissão de moradores da favela Vila de São Miguel, em Magalhães Bastos, cujos barracos foram destruídos total ou parcialmente em decorrência dos pelos últimos aguaceiros.

Formaram-nos uma longa lista de casbres, com a respectiva número de habitantes que ficaram ao descoberto ou sofreram sérios prejuízos. Ao todo 269 pessoas de 36 barracos.

Se as condições de moradia lá eram péssimas, como aconteceu em geral nas favelas, depois das

chuvas de 5ª feira última pioraram muitíssimo.

A favela está localizada à margem de um riacho que transborda frequentemente na época das chuvas, inundando muitas casas e deixando depósito de imundícies que agiam e tendem a agravar as condições de higiene locais.

Os moradores da Vila de São Miguel estão pedindo da Prefeitura providências para sanar pelo menos em parte as dificuldades que enfrentam. Exigem também medidas urgentes para a reconstrução dos barracos.

Mais De Mil Prisioneiros Envenenados No Viet-Nam

CRIME INOMINÁVEL DAS AUTORIDADES DE NGO DINH DIEN

Monstruoso crime acaba de ser revelado ao mundo: o massacre de mais de mil prisioneiros de guerra que se encontravam em campos de concentração no Viet-Nam do Sul. O Viet-Nam do Sul, a partir de 1954, passou a ser administrado por uma colônia dos Estados Unidos. O regime autoritário antipopular de Ngo Dinh Diem foi responsabilizado por esse exterminio em massa no acampamento de Phu Loi. Além dos mil e tantos mortos por envenenamento, num só dia (1 de dezembro de 1958), mais de 4 mil outros prisioneiros adoeceram por terem ingerido alimentos contaminados.

O fato teve viva repercussão na Ásia sul-oriental, levantando protestos entre a Intelectualidade vietnamita, por parte da Organização de Mulheres da China e da Cruz Vermelha Chinesa, assim como de estudantes chineses e estrangeiros de Pe-

quim. No Extremo Oriente estabeleceram-se comitês e outros atos em sinal de protesto contra o massacre barbaresco de homens das mais diferentes tendências políticas e religiosas, pelo país.

Pode-se imaginar, pois, que um tão grave acontecimento de há quase quatro meses só agora é denunciado?

É verdade que a revelação do crime tardou. O regime dominante no Viet-Nam do Sul acabou durante muito tempo a divulgação da notícia. Mas, ainda quando esta revelou as agências telegráficas norte-americanas não a transmitiram, como não transmitiram os crimes de Fulbino Batista, em Cuba, conhecidos apenas depois da

derrocada do tirano pela Insurreição de Fidel Castro.

A denúncia, embora tardia, do selvagem massacre ordenado pelas autoridades sul-vietnamitas vem pôr a nu o verdadeiro caráter de regime dominante na parte meridional da Indochina dividida e cuja reificação impune os autôres e impede nos Estados Unidos.

Sim, não podemos negar que os imperialistas norte-americanos são co-responsáveis por esse assassinio em massa. São os imperialistas a impulsionar a sustentação do governo tirânico de Ngo Dinh Diem. Os americanos foram a principal influência à reintrodução do Viet-Nam,

deleado recentemente pelos habitantes do norte e do sul do país, proposta recentemente pelo governo da República Democrática do Viet-Nam, na parte setentrional.

O crime é inominável e que a sua condenação seja pelo menos para evitar que massacres semelhantes se repitam, por milhares de prisioneiros de guerra ainda sob marfins em campos de concentração no Viet-Nam do Sul.

E não se trata apenas de palavras ou protestos formais. A representação no Brasil da ONU poderia pelo menos contribuir para salvar a vida dos prisioneiros de guerra vietnamitas. Existe uma Comissão Internacional de Supervisão e Controle no Viet-Nam, encarregada de observar os acordos de Genebra sobre aquele país. De que estes acordos sejam realmente respeitados, como esse podem ser observados e punidos os seus responsáveis.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

A história do movimento operário é uma história de luta constante. Desde o surgimento das primeiras formas de organização dos trabalhadores, a luta pela melhoria das condições de trabalho e pela defesa dos interesses da classe operária tem sido uma constante. No século XIX, a Revolução Industrial trouxe consigo a exploração massiva do trabalhador, o que levou ao surgimento de movimentos de resistência e luta por melhores condições de vida e trabalho.

Essa fase nova da luta da classe operária é marcada pelas duas revoluções dos trabalhadores: a Revolução Industrial e a Revolução Social. A luta pela melhoria das condições de vida e trabalho tornou-se uma constante. No século XIX, a Revolução Industrial trouxe consigo a exploração massiva do trabalhador, o que levou ao surgimento de movimentos de resistência e luta por melhores condições de vida e trabalho.

elatera, a passagem à produção industrial foi acompanhada na França de um inenarrável cortejo de misérias para o proletariado e a população pobre em geral. Os operários trabalhavam 15 e 16 horas por dia, contra salários míseros. Não havia domínio nem feriado para eles. As mulheres recebiam, quando muito, 60% do salário dos homens, e as crianças, exploradas em massa nas fábricas, muito menos ainda. A miséria se estendia aos camponeses e aos artesãos. As cidades e suas cercanias renegriavam de mendigos. O me-

de Lyon criou-se nessa cidade uma situação análoga. Os tecelões, lutando para que se convertesse ao menos o seu humilde pedaço de pão-consumido que se formasse uma comissão mista de patrões e operários, através da qual se chegaria a um acordo sobre os níveis dos salários. Mas os patrões, em seguida, quebraram o compromisso assumido. O descontentamento dos tecelões atingiu o auge e, em 21 de novembro de 1831, rebelaram-se em massa, arastando consigo toda a população operária de Lyon.

A bravura dos operários de Lyon



SUBLEVA-SE LYON

Detante o ano de 1831, devido as sucessivas reduções de salários dos operários das fábricas e manufaturas de seda

de Lyon criou-se nessa cidade uma situação análoga. Os tecelões, lutando para que se convertesse ao menos o seu humilde pedaço de pão-consumido que se formasse uma comissão mista de patrões e operários, através da qual se chegaria a um acordo sobre os níveis dos salários. Mas os patrões, em seguida, quebraram o compromisso assumido. O descontentamento dos tecelões atingiu o auge e, em 21 de novembro de 1831, rebelaram-se em massa, arastando consigo toda a população operária de Lyon.

de Lyon criou-se nessa cidade uma situação análoga. Os tecelões, lutando para que se convertesse ao menos o seu humilde pedaço de pão-consumido que se formasse uma comissão mista de patrões e operários, através da qual se chegaria a um acordo sobre os níveis dos salários. Mas os patrões, em seguida, quebraram o compromisso assumido. O descontentamento dos tecelões atingiu o auge e, em 21 de novembro de 1831, rebelaram-se em massa, arastando consigo toda a população operária de Lyon.

O segundo levante de Lyon, mas que a primeira, ocorreu em 1834. A França, representada com soldados holandeses em diferentes cidades, incluiu na própria capital, Paris, onde os combates de rua duraram dois dias e a violenta repressão nos bairros operários não poupou sequer as mulheres, velhos e crianças.

Marx e Engels descrevem



M.E.

Operação Abastecimento Às Avestas Prefeitura Sabota Seus Próprios Mercados

Em fins do ano passado, despachando um processo da Secretaria da Agricultura da PDF, o prefeito Sá Freire Alvim determinava a elaboração de um plano de conjunto que regulamentasse o funcionamento das feiras livres e puzesse de fato em funcionamento os Mercados Regionais da Prefeitura.

Ao que parece, tinha-se em vista com essas medidas facilitar a execução de um plano de emergência para o abastecimento do Distrito Federal, plano aprovado inclusive pelo Presidente da República, mas posto inteiramente de lado, logo nas primeiras semanas de janeiro do ano corrente. Houve mudanças nos altos postos da Prefeitura, a Secretaria da Agricultura conheceu nesse período quatro novos titulares, mas aquilo que devia ser feito — as medidas exigidas no despacho do prefeito — não passou do papel.

OS MERCADOS REGIONAIS

Todos os planos que se referem ao problema do abastecimento de gêneros à população carioca — desde o plano de emergência da Prefeitura até a "Operação Abastecimento e Preços" do sr. Kubitschek — dão uma ênfase especial à necessidade da instalação de uma rede de super-mercados. As vantagens apontadas são muitas: eliminação de intermediários, maior possibilidade de conservação dos gêneros, redução dos preços, facilidades para a aquisição das mercadorias pelos consumidores, etc. Em particular, a existência desses super-mercados poderia representar um golpe demolidor no monopólio ainda hoje exercido pelo Mercado Municipal (D. Manuel) e pelos taboões da Rua do Acre.

Todos reconhecem enfim que só traria benefícios à população a instalação de um grande número de estabelecimentos desse tipo.

Pois bem: a Prefeitura carioca dispõe já de uma rede de mercados (os chamados Mercados Regionais), localizados em diferentes bairros e subúrbios da capital. Vinte e nove deles funcionam permanentemente, embora em condições as mais precárias. Mais seis (em Coelho Neto, Ricardo de Albuquerque, Pavuna, Piedade, Santa Tereza e Rocha Miranda) tiveram iniciada a construção, que no entanto marca passo. Quanto à construção dos de Del Castilho e Inhaúma e à reforma do Mercado da Penha, as verbas estão presas na Prefeitura. São, portanto, no total 35 mercados, que poderiam prestar valiosos serviços à população, no terreno do abastecimento.

QUASE NÃO FUNCIONAM

Entretanto, esses mercados, mesmo os instalados, quase não funcionam. Vivem praticamente entregues às mãos, com 3 ou 4 funcionários, embora nas folhas de pagamento figurem dezenas de pessoas, inclusive alguns figurões, cujo único trabalho é assinar os recibos de salário no fim do mês. Os Mercados Regionais não vivem, arrastam-se como sombras.

Mas por que isso acontece, quando os próprios homens do governo proclamam a conveniência dos grandes mercados e os incluem mesmo em seus planos? Por que não dinamizar os Mercados Regionais, quando eles já existem — e com a vantagem de se achar em mãos do próprio governo, afastando portanto a ganância do lucro que se veri-

Praticamente entregues às mãos — Grupos econômicos e negociastas da PDF interessados na sua não utilização

fica, por exemplo, nos super-mercados "Disco", do sr. Frederico Schmidt?

A PREFEITURA SABOTA

Por estranho que pareça, é a própria PDF que sabota os seus Mercados Regionais. O Banco da Prefeitura não concede o menor crédito aos concessionários. As verbas orçamentárias destinadas aos Mercados são eliminadas, quando não servem ao enriquecimento ilícito de altos funcionários ou vereadores. Ainda no orçamento deste ano foi cortada a verba, já por si insignificante, de um milhão de cruzeiros, que deveria ser aplicada em despesas para a manutenção dos mercados. Em meados do ano, o

antigo diretor do Departamento de Abastecimento da PDF havia conseguido que as cooperativas de produção do Rio passassem a fornecer diretamente aos Mercados Regionais numerosos gêneros, golpeando assim o monopólio do Mercado Municipal. Aconteceu, porém, que o Secretário da Agricultura de então — o sr. Nelson Moreira — criou todas as dificuldades possíveis para que viesse a se concretizar esse entendimento entre as cooperativas e a direção dos Mercados. E tudo ficou como dantes.

POR QUE ISSO ACONTECE?

Não será difícil a qualquer pessoa concordar em que só

poderia trazer vantagens ao povo carioca a dinamização e ampliação dos Mercados Regionais. Ainda mais quando é o governo mesmo que ardeia a excelência dos super-mercados. A Prefeitura já possui ao menos um esqueleto dessa rede de estabelecimentos. Pode, se quiser, dar-lhe vida. Isso significaria a existência de grandes empórios desse tipo, modernizados e eficientes, nos diversos bairros e subúrbios. Mas nem se cogita em fazê-lo. Ao contrário, os Mercados da Prefeitura vão ficando cada vez mais para trás, caminhando para a definitiva liquidação.

Elas alguns motivos que explicam essa coisa aparentemente inexplicável:

1.) os monopólios do Mercado Municipal e da rua do Acre, ao quais se acham ligados muitos figurões da Prefeitura e de outros setores do governo;

2.) os interesses de grupos econômicos — "Disco", de Augusto Frederico Schmidt, Casas da Banha, Mercarias Nacionais, etc. que seriam atingidos com a concorrência dos Mercados Regionais, embora isso só trouxesse vantagens para o povo;

3.) o empreguismo e a corrupção mantidos pela máquina de negociastas da Prefeitura, tendo à frente o vereador Geraldo Moreira. Esse empreguismo foi reconhecido pelo próprio prefeito, no despacho a que nos referimos no início desta nota.

4.) por fim, o descaço da Prefeitura (e não somente dela) pelos problemas do povo. O prefeito recomendou um "plano de conjunto" visando inclusive a recuperação dos Mercados Regionais. Mas tudo não passa de mais uma recomendação.



Colonos Do Paraná Perguntam: "O Dólar-Café Aumentou e Quanto Ganharemos Nós?"

Três vezes explorados (por fazendeiros, administradores de fazenda e comerciantes inescrupulosos) os colonos querem o cumprimento das promessas da "Marcha da Produção"

CRUZEIRO DO SUL (Do Correspondente) — Os colonos das fazendas de café do norte do Paraná são três vezes explorados: pelos fazendeiros, por administradores de fazendas e por negociantes inescrupulosos. As consequências são que as famílias dos colonos não vivem apenas numa situação de subalimentação, mas já entram num regime de semi-fome. Além de não ter o que comer, também não possuem o que vestir.

SITUAÇÃO SE AGRAVARA

Pelos contratos feitos para o ano agrícola 1957-58, os co-

lonos ganham setenta cruzeiros (e até menos) por dia de trabalho de dez ou doze horas. Esses contratos em sua maioria não sofreram alterações para o ano agrícola 1958-59. Entretanto, o custo da vida aumentou na região em proporções astronômicas. É comum encontrar-se famílias que têm 3 e 4 enxadas trabalhando para garantir em média cinquenta a setenta cruzeiros por dia. Assim, o que o fazendeiro paga pelo trabalho de cada membro da família (Cr\$ 12,50 a 17,50 por dia) não dá sequer para comprar um quilo de feijão ou de arroz.

Por outro lado, há colonos que ganham por mês: de mil a mil e quinhentos cruzeiros.

NAS FAZENDAS ADMINISTRADAS

O que se passa nas fazendas administradas é simplesmente revoltante. Noventa por cento dos administradores, além de carrascos, roubam vergonhosamente dos colonos. Utilizam os próprios colonos para serviços extras, pagando cinquenta cruzeiros por dia, e apresentam contas aos fazendeiros como se tivessem pago cento e vinte cruzeiros, embolsando assim a diferença. Além disso, não pagam as "mesadas" em dinheiro, mas em "ordens" para compras nos armazéns da cidade. O dinheiro para o pagamento é emprestado aos comerciantes, a juros de 7 e 8 por cento ao mês.

O comerciante, por sua vez, emprega o dinheiro dos camponeses (emprestado pelos administradores) para aumentar os seus estoques. E compra o feijão e o arroz que os camponeses produzem. Explorando a situação, paga preços muito baixos. E acontece que, mais tarde, vai vender, por preços elevados, es-

ses mesmos produtos aos camponeses. Aqui em Cruzeiro do Sul, por exemplo, negociantes compram, no ano passado, o feijão dos colonos a quinhentos e cinquenta cruzeiros o saco e depois venderam a eles mesmos a trinta e cinco cruzeiros o quilo, o que per-

faz dois mil cruzeiros por saco!

Foi assim que os donos da Casa Portuguesa enriqueceram. Começaram com um capital de duzentos mil cruzeiros. Com o dinheiro dos colonos, emprestado pelos administradores e descontando as "ordens" que os colonos recebiam, aumentaram os seus negócios e hoje possuem um capital de cerca de seis milhões de cruzeiros. Abriam filiais em São João do Caluá, Paranacite, Una-Flor e outras cidades. Já compraram dois sítios, têm caminhão e jipe, fornecendo a muitos armazéns nas fazendas.

VOLANTES

Como consequência da fuga de colonos para as cidades, ante o agravamento das condições em que vivem, já se sente aqui a falta de mão-de-obra. Estão sendo utilizados os trabalhadores chamados volantes, que ganham por dia São em regra solteiros e não se submetem a diárias de setenta cruzeiros: exigem 120 cruzeiros com "bóia", ou cen-

to e setenta e até duzentos cruzeiros por dia a seco. Dizem alguns fazendeiros que os caboclos estão ficando sabidos...

COLHEITA E LUTA

Com a aproximação das colheitas, surgem possibilidades de lutas, que encontrarão a resistência dos fazendeiros e também dos administradores, acostumados a ganhar nessa época muito dinheiro à custa dos colonos.

E é chegada a hora de os camponeses cobrarem as promessas que os fazendeiros fizeram durante as concentrações para a preparação da "Marcha da produção". Naquela ocasião, eles procuraram agradar de todas as formas os trabalhadores para atraí-los ao movimento. Disseram que, se o governo pagasse mais por saca de café, melhorariam as condições dos contratos e pagariam mais. Como se sabe, o dólar-café foi elevado de quarenta e três para sessenta cruzeiros. E qual deve ser o aumento para os colonos?

NO QG DO MERCADO DE FLAGELADOS:

Cr\$ 3.500,00 Por Cabeça e Dois Anos De Escravidão

Bairro de Natal (RGN) transformado em centro de compra e venda de nordestinos — Condições do «contrato» — O resgate

RECIFE (Do Correspondente) — O semanário «Folha do Povo» publica uma reportagem assinada pelo jornalista Belarmino Honorato que esteve na capital norte-rio-grandense onde observou de perto o comércio de compra e venda de flagelados nordestinos para as fazendas do sul do país. Diz a reportagem que o Rio Grande do Norte parece ter-se destacado, entre os demais Estados nordestinos, na exportação desse novo tipo de escravos. Uma cidade pobre como Natal, sem indústria, vivendo quase exclusivamente de verbas federais, recebe diariamente levadas de flagelados vindos do interior. Já chegam em Natal apalavrados por agenciadores e se concentram no primeiro andar de um prédio da Avenida Presidente Bandeira, no bairro do Alecrim, onde está situado o quartel general dos mercadores.

Cr\$ 3.500,00 POR CABEÇA Em palestra, no próprio «quartel-general» com flagelados concentrados, o

repórter foi informado de que os caminhões conduzem em média 50 passageiros, avaliado cada um em Cr\$ 3.500,00. Multiplicando-se essa importância por 50, temos um resultado de Cr\$ 175.000,00, dinheiro esse que os agenciadores recebem dos fazendeiros do sul. O agenciador paga, a cada «pau-de-arara», 30 cruzeiros por dia, durante a viagem, para a compra de farinha e rapadura, como alimentação.

Verifica-se, assim, que o agenciador gasta, na viagem, que dura 10 dias mais ou menos, Cr\$ 1.500,00 por dia, com os 50 «passageiros», ou seja, cerca de Cr\$ 15.000,00. Tirada a despesa da gasolina, o resto é lucro, pois, como já vimos, o valor da «carga» se eleva a Cr\$ 175.000,00.

DOIS ANOS DE ESCRAVATURA

Nas bases do contrato que o trabalhador é obrigado a assinar, estipula-se que, chegando na fazenda de destino, terá direito a três refeições diárias, fazendo jus a um sa-

lário de Cr\$ 60,00 diários que só receberá ao término de dois anos de trabalho. Ao terminar o contrato, ou seja, após dois anos de trabalho, o contrato diz que o fazendeiro descontará os Cr\$ 3.500,00 que pagou pelo trabalhador e este fica livre, recebendo o saldo de sua conta. A Cr\$ 60,00 por dia, o trabalhador terá feito jus, após dois anos de trabalho, a Cr\$ 43.000,00, aproximadamente. Se algum deles, depois de cair nos latifúndios de Minas, de Mato Grosso ou de Goiás, conseguiu alguma vez receber tal saldo, é o que ninguém sabe...

Um jovem de 18 anos, procedente de Currais Novos, o município mais rico de minérios do Estado, declarou ao repórter ser bom de saúde, ter disposição para o trabalho, «mas me sinto envergonhado, pois há 40 dias que perambulo pela cidade à procura de um trabalho e não encontro; tive que mendigar migalhas pelas ruas, lavar pratos nos hotéis para me alimentar». Por fim, decidiu vender-se a um fazendeiro qualquer na esperança de ao fim de dois anos ter quarenta mil cruzeiros economizados, para começar a vida.



Em caminhões como esse, nordestinos viajam léguas e léguas para, afinal, serem vendidos como escravos.

Homenagem à Memória De Júlio Cajazeira



NO ATE À MORTE. O atestado de óbito, passado pelo médico Jorge Avila de Malafra, esclarece a "causa mortis" aflicta por esganadura na Delegacia de Polícia local.

Cajazeira, alfaiate de profissão, destacou-se pelo entusiasmo com que se dedicou à luta pelo desenvolvimento econômico independente do Brasil e pelas reivindicações dos trabalhadores. O crime cometido com a sua morte, se ficou impune, por outro lado não atingiu o objetivo visado pelos terroristas: arrefecer a luta nacionalista do povo brasileiro.

RUA JULIO CAJAZEIRA

Em 2 de janeiro de 1952, na cidade de Barra Mansa, um jovem trabalhador, Júlio Lopes Cajazeira, foi preso porque estava colando cartazes com os dizeres: "O petróleo é nosso". Teve pouco tempo de vida. Na delegacia de polícia local torturaram-

Agora, numa homenagem a esse herói do povo brasileiro, sacrificado pelos ideais que vão se tornando vitórias em todo o país, a Câmara Municipal de Volta Redonda vem de aprovar, por unanimidade, uma deliberação dando o nome ao trabalhador cruelmente assassinado pela polícia a uma

RUA DE VOLTA REDONDA TEM NOME DE HERÓI

das ruas daquela cidade fluminense. E o seguinte o texto do projeto de deliberação aprovado: "Art. 1º - Passa a denominar-se rua Julio Cajazeira a atual rua 1 no Bairro São Geraldo. Art. 2º - Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

PREITO DE HOMENAGEM

Na justificativa aprovada pela Comissão de Justiça da

Câmara, recomendando a aprovação do projeto pelo plenário, inicialmente são destacados os méritos de Julio Cajazeira, como líder sindical e lutador nacionalista. Em seguida, dá a justificação: "Assim, a homenagem atinge as proposições de um preito de reconhecimento aos que lutam pela emancipação de nossa terra que se destacaram na preparação do nosso povo, e que precipitaram a fundação da Petrobrás. Esta organização e a

Companhia Siderúrgica Nacional constituem os dois marcos fundamentais de nossa independência econômica". Segundo informações prestadas a NOVOS RUMOS por operários de Volta Redonda, a homenagem é tanto mais significativa quanto a Rua 1 - que passara a ter o nome de Cajazeira - vinha sendo chamada rua Barcelos Fete, que foi chefe de polícia no Estado do Rio prelatamente a época do assassinio do jovem operário

LUTA-SE NAS RUAS DA BAHIA

Passeatas e comícios contra a carestia

SALVADOR. Do correspondente. Os estudantes acham-se à frente do movimento popular contra a carestia de vida. No dia em que se encerrou a greve de protesto contra o aumento das anuidades escolares, os estudantes, com o apoio de considerável massa popular, realizaram uma passeata que, sendo do Colégio da Bahia, percorreu as ruas centrais da cidade. Na Praça da Sé, teve lugar então, movimentado comício, em que os oradores protestaram energicamente contra a carestia de vida.

Os estudantes estão lutando também contra o aumento de preço dos transportes coletivos, pretendido pelos proprietários de ônibus. Em resposta ao bloqueio realizado pelas empresas, os estudantes saíram às ruas promovendo dezenas de comícios. Alguns ônibus chegaram a ser despedaçados pelo povo. Em face da resistência popular a qualquer aumento de preço da capital teve de recuar, não cedendo às exigências dos proprietários, sendo transferida a solução do caso.

A alta incontida do custo de vida coincide com o crescimento do desemprego nesta capital. Recentemente, foram fechadas três fábricas de tecidos, deixando sem emprego cerca de

mil pessoas, em sua maioria, velhos trabalhadores responsáveis pelo sustento de famílias numerosas. Nenhuma medida concreta foi até agora tomada em defesa dos direitos dos trabalhadores têxteis, a quem os proprietários das fábricas negam o pagamento das indenizações estabelecidas por lei.

Coluna do estudante

A proposta feita pelos estudantes ao presidente da República, para solução da greve desencadeada em virtude do aumento das taxas escolares, evidenciou o grau de maturidade atingido pelas suas entidades de representação.

Além de resolver a questão imediata da baixa das anuidades, as entidades obtiveram o definitivo compromisso do governo no sentido de aprovar a Lei de Diretrizes e Bases, de ampliar a rede federal de ensino médio e de cumprir o preceito constitucional que manda reservar para a Educação 10% da receita federal.

UNE, UBES, AMES e UME deixaram claro, portanto, que o aumento das anuidades era tão somente um efeito e apontaram às autoridades os caminhos justos para a solução dos problemas básicos do ensino brasileiro.

Além do mais, a crise veio demonstrar a completa inutilidade do projeto Carlos Lacerda - que defende a tese privatista de ensino - e que o projeto de iniciativa governamental, embora privado de erros e incorreções, ainda é o que de mais perto atende a realidade brasileira.

Deante dos fatos expostos pela crise e da posição das entidades estudantis, o Congresso tem diante de si a responsabilidade, tantas vezes adiada, de dar ao Executivo, sem maiores delongas, o instrumento legal de orientação da Educação.

CENTROS DE ESTUDOS BRASILEIROS

Esta, em organização, sob o patrocínio dos Direitórios Acadêmicos, diversos Centros de Estudos Brasileiros. O C. E. B. propõe-se a desenvolver nas Faculdades um maior interesse pelos múltiplos aspectos dos problemas de desenvolvimento brasileiro, através de bibliotecas especializadas, seminários, grupos de pesquisas e realização de cursos e conferências. Os primeiros C.E.B. funcionaram na Faculdade Nacional de Filosofia, Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Nacional de Medicina.

XXII CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES

A União Nacional dos Estudantes já indicou uma comissão para tratar da organização do próximo Congresso Nacional dos Estudantes. A Comissão terá como objetivo fazer do Congresso uma festa anual de confraternização universitária, através da realização de concursos literários e artísticos e de uma programação artístico-cultural durante a semana dedicada àquela acontecimento. Deante de alguns dias, os Direitórios Acadêmicos de todo o Brasil receberão as primeiras informações sobre o trabalho da Comissão.

VII FESTIVAL MUNDIAL

Estão em fase final os preparativos preliminares para a organização da delegação brasileira ao VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realizará em Viena de 26 de julho a 6 de agosto. A Comissão Organizadora já está funcionando no Rio e poderá dar todas as informações desejadas em sua sede, à Avenida Rio Branco, 185, 6º andar, sala 622.

Serão divulgados na próxima dia 4 de abril no Instituto de Juventude Brasileira, os nomes dos destacados personalidades do mundo político, artístico, cultural e esportivo - que estão sendo convidadas a todos os Direitórios Acadêmicos as próximas reuniões e informações sobre a programação do Festival e os requisitos para a inclusão de qualquer estudante na delegação.

Serão lançados vários cursos, que possibilitarão a aquisição de conhecimentos e experiências de alto nível em Viena com seus colegas de todo o mundo.

COQUETEL A IMPRENSA

As entidades estudantis ofereceram sábado último um coquetel e imprensa carioca, pela cooperação prestada aos estudantes na campanha contra o aumento das anuidades. A reunião decorreu em ambiente de grande cordialidade, tendo apresentado vários números de seu repertório o grupo folclórico do Teatro Universitário Brasileiro da UNE.

RESPOSTA AO LEITOR

OLIVIA CALABRIA (Minas Gerais) - No próximo número publicaremos, na seção "Teoria e prática", resposta a um outro leitor que também se dá fator de carestia. Anotamos as demais sugestões da sua carta.

JOSE T. SOBRINHO (Minas Gerais) - Agradecemos as informações sobre a venda avulsa em Uberaba. Iremos atender, no futuro, ao seu pedido de publicação de reportagens sobre assuntos científicos. Levaremos em conta sua opinião a respeito das matérias da primeira página e da có.

LEON (D.F.) - Embora ainda não tenha chegado às nossas mãos, agradecemos a remessa de vinte cruzeiros em homenagem ao aniversário do Partido Comunista do Brasil. Estamos procurando refletir as reivindicações dos trabalhadores, principalmente dos que se acham empurrados em lutas.

JAIME GARBELOTTO (Santa Catarina) - Pretendemos publicar uma seção sobre assuntos históricos. Talvez histórias em quadrinhos dos principais movimentos patrióticos do nosso povo. Suas outras sugestões serão estudadas.

Vereador JOSE DE OLIVEIRA RAMOS (Paraíba) - Agradecemos sua carta e o boletim que nos enviou, denunciando arbitrariedades contra trabalhadores de Rio Tinto. Atendemos ao seu pedido de divulgar a denúncia em NOVOS RUMOS.

NÃO PODIA O MENINO LOURO RECEBER SANGUE DE PRETO

MARIA GABRIELA

Nos Estados Unidos da América do Norte, que certas pessoas apontam como exemplo de democracia e liberdade, pois sem cortinas (a não ser a dos dólares), a situação nos setores educacionais não é propriamente exemplar. Notícia de uma agência internacional: as escolas e universidades norte-americanas acham-se em estado de rebelião. Motivo: um certo parágrafo introduzido recentemente em uma lei sobre educação, referente às novas bolsas de ensino. "Para obter bolsas ou empréstimos, o estudante deverá: 1) - prestar juramento de fidelidade aos Estados Unidos; 2) - jurar sobre a Bíblia que não cre em doutrinas destinadas a abater a força ou com a violência, ou por meios ilegais e inconstitucionais, o governo dos Estados Unidos; que não participa de nenhuma organização hostil e que não subvenciona tais organizações". O resultado de tal lei foi que em quinze dias já seis escolas fizeram saber que renunciariam às bolsas concedidas em tais condições. Felizmente, os jovens estudantes são iguais em toda parte. Souberam reagir de maneira ativa a mais esse atentado à liberdade de pensamento.

Mas há outras leis bastante mais terríveis que essa, na grande "democracia do Norte", a defensora da civilização cristã e ocidental, a "de sangue", por exemplo, de consequências dramáticas. Em fins do ano passado, deu entrada em um hospital de Luisiana, um pequenino muito branco e muito louro, três anos. Atacado de grave enfermidade, necessitava de urgente transfusão de sangue, imediata, e de outras nas semanas seguintes. Se a transfusão não foi feita imediatamente, o menino não viverá a mãe, em desespero, o médico desolado expõe a A mãe, em desespero, o médico desolado exôs a situação.

O Parlamento de Luisiana votou uma lei, determinando que o sangue de negros e de brancos deve ser conservado em separado. Um branco não pode receber sangue de um doador negro e vice-versa. Como as reservas que tinhamos estavam misturadas, tiveram de ser destruídas. Teremos de reconstituí-las, mas no momento não dispomos de uma gota.

A mãe desesperada pediu que se mandasse buscar sangue em outros Estados em que não imperasse lei tão desumana. O médico já havia tentado. Mas a remessa de sangue foi detida na fronteira de Luisiana. A lei proíbe importação de sangue não discriminado.

O pequenino branco e louro pagou com a vida a criminoso insensatez dos desumanos legisladores americanos.

Salário mínimo só no papel

FERNANDÓPOLIS - S P (Do Correspondente) - Os colonos, melieiros e demais trabalhadores da lavoura desta região estão sofrendo privações cada vez maiores.

Uma família de quatro pessoas - marido, mulher e dois filhos - não pode tocar mais de três mil cruzeiros por ano, a razão de seis mil cruzeiros por mil pés tratados. Obtem, assim, uma média mensal de mil e quinhentos cruzeiros.

O salário mínimo da região é de cinco mil e duzentos cruzeiros, mas os fazendeiros se recusam terminantemente a pagá-lo. Se não aceitar os preços que são pagos, terá o lavrador de trabalhar de arrendamento, o que se torna impossível, pelo o lazeiro não dá na alimentação necessária para oferecer outros recursos indispensáveis.

A elevação da carestia da vida agrava ainda mais a situação, que se torna na realidade insustentável.

Por isso mesmo, os colonos melieiros e demais trabalhadores da lavoura de mantimento de Fernandópolis se dirigiram num abaixo-assinado ao presidente da República e ao marechal Getúlio expondo as dificuldades que atravessam e solicitando providências, particularmente quanto a carestia de vida e ao pagamento do salário mínimo.

FICÇÕES NO SINDICATO DOS OFICIAIS DE NAUTICA

Durante os meses de março, abril e maio realizaram-se as eleições, no Sindicato Nacional dos Oficiais de Nautica da Marinha Mercante, para a Diretoria, Conselho Fiscal e representantes para a Federação.

Um grupo de associados daquele Sindicato constituiu-se numa Comissão Coordenadora e, após auscultar a opinião de numerosos oficiais de nautica, organizou uma lista.

A chapa, que é encabeçada por Aníbal Ferreira Batista, Cesarino Pereira Alencar e Alberto Pires, concorre a eleições com um programa de 27 pontos, entre os quais se destacam: criação de novas delegacias do Sindicato entre os marítimos das empresas de capital privado de todas as vantagens outorgadas pelos seus colegas associados; revivificar, para um maior de pontos no lugar como membro da Comissão de Marinha Mercante, contra a transformação das antigas marítimas em sociedades anônimas de economia mista, construção de um próprio cais público.

A Comissão que organiza a chapa e integração pelos seguintes oficiais de nautica: Joseph Henry Calvert, José Gonzalo Filho, Raymundo Barcelos, Davey dos Santos Marinho, Meirel Ramiro, José Maria Nazareth Rendonson, Tólio Cambião, Antonio Pinto Barbosa, José Silva Alberto Correa Diego, Emílio Bonfante de Matia, Iório Barreira, José Gelmar, Júnior e Mario de Souza Botelho.

Inadmissível Qualquer Cambalacho Com Adenauer

Encontra-se no Rio, em missão oficial do governo da República Federal Alemã, o deputado alemão Hermann Goergen. O parlamentar de Bonn foi portador de uma mensagem pessoal do chanceler Konrad Adenauer ao presidente Juscelino Kubitschek. Esse parlamentar viveu no Brasil, conheceu mais ou menos o nosso país, fala o português.

Foi precisamente utilizando de estas suas aptidões que o governo alemão enviou-o ao Rio. Hermann Goergen não veio em férias nem tampouco fazer turismo. Embora não o declarando de maneira categorica, sua missão é captar o apoio do governo brasileiro para a política do governo de Bonn em relação a Berlim. E impedir por todos os meios uma aproximação mesmo no terreno do comércio, entre o Brasil e a República Democrática Alemã.

Este objetivo fica bastante claro através da mensagem pessoal de Adenauer a JK. Diz textualmente o chanceler germânico: "Estou certo de que a Nação brasileira não negará seu apoio ao povo alemão na sua defesa contra as exigências ultimativas de um regime totalitário".

O "ultimatum" a que se refere Adenauer é a exigência soviética de que se resolva a situação absurda em que se encontra a cidade de Berlim, localizada no coração da República Democrática Alemã, enquanto seus setores ocidentais são transformados em praça das armas das potências capitalistas. Ademais, não se trata de ultimatum. A URSS propõe que se negocie a questão, e com este objetivo tem concessões importantes, quando da estadia do primeiro ministro inglês Macmillan em Moscou.

Mas uma das passagens em que mais admira o comunismo de Adenauer na carta a JK é quando fala em "totalitarismo" referindo-se ao regime socialista. Quando Adenauer tem sido o protetor de todos os remanescentes do nazismo na Alemanha Ocidental, quando subsistem as antigas organizações hitleristas com as tropas SS ou os "capacetes de aço", quando antigos colaboradores de Hitler continuam em postos elevados na República Federal Alemã, E, sobretudo, quando, em violação flagrante do Tratado de Potsdam, Adenauer não moveu uma palha para eliminar as fontes matrizes do militarismo germânico e do imperialismo alemão. Ao contrário, os Krupp, os von Thüsen recuperam todo o seu poderio econômico e são de fato os novos senhores na Alemanha Ocidental.

Além disso, o governo ocidental alemão se comporta como acerrimo partidário na guerra fria, na política de bloqueio de força. Adenauer atrevida se obstina em desconhecer as fronteiras orientais da Alemanha e tabeladas pelo Tratado de Potsdam.

O povo brasileiro se recusa terminantemente a dar seu apoio a semelhante política.

Homenagem à memória de Amerino Wanick

Em comemoração do primeiro aniversário do falecimento de Amerino Wanick, um grupo de amigos seus nos convida que faremos realizar no próximo dia 2 de abril, na ABI, um ato público em homenagem ao educador, economista e engenheiro, cuja vida foi inteiramente dedicada aos problemas nacionais, objetivando sua solução para o bem do povo.

CARTA DO SERTÃO

ZE PRAXEDI - o poeta vaqueiro

Encela do "Canta Galo",
No dia ante do mes,
Meu campade Sertão,
Cabeç de le o restin,
Da Carta qui vos me fez.

Nun venda seu passo,
Vaqueo o Rui de Janeiro,
Fique ai cunhado pda,
A macambira o facheiro,
E' miô de qui soji,
Aqui nessi jurmiguero.

Voz de dre s'alembr,
Da fama dos Anastaco,
Cabôcos respitado,
E' quaji tudo ricivo,
No Distrito Federa,
Inte a miuha more,
Ja se distez im pedaco.

Nun sei quem fez a pibeia,
De chana essa misera,
"Cidade maravilhosa",
O supo no mêi das rua,
E' u'a coisa isparentosa,
Se encontra pelas praça,
Pidindo ismolá a quem passa,
Pobes mãos tuberculosa.

Os marizos fulerom!
A promessa qui h' faze,
Reação press meus afado,
O teu campade istinado,
Mas, não dos Anistaco.

Tudo quanto voce que:
Fila! Fila, fila, fila!
O "tubarão" usuraro
Robando dos operaro
O restante da miuhila!

Mimios pobes, venhais,
No passê vendendo bicho,
O povo dessa javela
Catando cumê no lixo,
Im tudo fatta vregonha,
Humanidade e capricho.

Das quatô fia q'eu trope
So tá cum nos Izabe,
Tereza pisô im farsa,
Me carregato à Ist,
Andro Floribela,
Se fosse nova a mã de la
Eu ia tara sem matar.

Nun venda nunca praqui!
O qui tá tortando ai
E' cumê e ferramenta,
Mas, pode se qui ran da
Se acabe essa tormenta,
O Norte vai se celeva
Desse país brasileiro,
Nessa era de serventa.

NOVOS RUMOS

SEMANA EM FOTOS



VOLTA AS AULAS

— Terminou a greve dos professores. Os estudantes regressam às aulas depois de um período de férias não programadas. Primeiro foram eles, resistindo ao absurdo aumento das taxas escolares. Depois, os professores, ao discordarem da solução dada. Os cursos se reiniciaram. Veio em seguida a Semana Santa. (Leia a crônica do Barão de Itararé na página 9)



A LEOPOLDINA PAROU

— Alcançou completo

êxito a « greve de advertência » dos ferroviários da Leopoldina. Durante 12 horas, como haviam decidido os trabalhadores, ficou totalmente paralisado o tráfego de trens dessa ferrovia pelos Estados do Rio, Minas Gerais, Espírito Santo e subúrbios do Distrito Federal. Os ferroviários reivindicam: salário mínimo de 6 mil cruzeiros para todos os trabalhadores, autônomos ou contratados; pagamento do abono sobre as gratificações; e concessão de licença aos diretores do Sindicato, de acordo com a lei. Esta primeira greve foi apenas de advertência. Está convocada para a próxima terça-feira uma assembleia geral do Sindicato para decretação de nova paralisação, por tempo indeterminado, caso as reivindicações não sejam atendidas. Até o momento, o sr. Renato Felo, presidente da RFF, mantém-se irredutível. A energia e a unanimidade com que os trabalhadores realizaram a primeira greve não permitem dúvidas quanto à resposta que eles darão caso os seus direitos não sejam reconhecidos. No clichê, uma estação da Leopoldina durante a greve: apenas soldados da Polícia Militar



ESTUDANTES ARGELINOS NO BRASIL

— Ait Challal e Taleb Chaleb, dois jovens estudantes da Argélia, respectivamente presidente e vice-presidente da Union Générale des Étudiants Musulmans Algériens (UGEMA) visitam o nosso país a convite da UNE. Em contacto com a mocidade das escolas brasileiras, estão eles explicando como se desenrola a difícil luta de libertação nacional do povo argelino contra os colonizadores franceses. Na foto, Ait Challal e Raymundo Eirado, presidente da UNE, apertam-se as mãos simbolizando a amizade entre estudantes brasileiros e argelinos

3 MAY 27

AUMENTO DE 600% NA LUZ, GÁS E TELEFONE!

ANO 1 — ... Edição de 27 de Março a 2 de Abril de 1959 — N.º 8

SE PREVALECER O VETO DE JK A FAVOR DA LIGHT (SERÁ APRECIADO DIA 9 DE ABRIL PELO CONGRESSO) A ECONOMIA POPULAR SOFRE- RÁ AUDACIOSO ASSALTO

(Reportagem na 1.ª página)

NOVOS RUMOS

EDICAO: ANO RIO BRANCO, 1959

METALÚRGICOS A JK:

Demitir Os Entreguistas Limitar Remessa De Lucros



VER REPORTAGEM NA PÁGINA 5